
019ª Reunião Conjunta da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar contratos celebrados pela SMED a partir de 2021 e da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades na aquisição de materiais didáticos pela SMED

Pauta: Oitiva da testemunha Michele Bartzen Acosta Schröder e votação de requerimentos



PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (10h18min) Bom dia, Srs. Vereadores, público que nos acompanha aqui na reunião da CPI da Câmara de Vereadores; vou dar início à chamada, e de imediato já convido o Presidente Idenir Cecchim para compor a Mesa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, estamos aqui contemplados com a presença da Ver.^a Cláudia Araújo, a vice-presidente. Ver.^a Mari Pimentel. (Pausa.) Presente; Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Presente; Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Presente; Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Presente; Ver. Cláudio Janta. (Pausa.); Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.); Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.); Ver. Jonas Reis. (Pausa.); Ver. José Freitas. (Pausa.); Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Presente; Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Presente. Vou, então, fazer a chamada novamente, uma vez que essa CPI é uma CPI conjunta das CPIs, onde temos o Ver. Idenir Cecchim, Presidente. (Pausa.) Presente; Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.); Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Presente; Ver. Airton Ferronato. (Pausa.); Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.); Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.); Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.); Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Presente; Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) Presente; Ver. Moisés. (Pausa.) Presente; Ver. Tanise Sabino. (Pausa.) Presente; Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.). Então, com 9 presenças em uma das

CPIs e 9 presenças na outra, temos quórum e está aberta a reunião. Presente a Ver.^a Comandante Nádia, com 10 presenças. Vamos dar início a oitiva da servidora Michele, eu gostaria de passar a palavra para o relator para as perguntas iniciais e fazer o juramento.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Bom dia, Sra. Michele Bartzen Acosta Schröder. A senhora foi convidada aqui a prestar esse depoimento, como testemunha; a senhora tem o direito de falar toda a verdade. Peço que a senhora jure perante essa CPI que tudo que a senhora falar aqui será a verdade, sob pena de ser responsabilizada pelo que a senhora falar, se não for a verdade. Então, pergunto se a senhora jura a falar totalmente a verdade?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Juro falar totalmente a verdade.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Sra. Michele, a senhora trabalhou na Prefeitura Municipal de Porto Alegre; e a pergunta que eu lhe faço é se a senhora foi convidada a vir trabalhar, por quem a senhora foi convidada a vir trabalhar, se a senhora é concursada pública, se a senhora é uma servidora pública ou exerceu o papel de CC na Prefeitura de Porto Alegre? Por quem a senhora foi convidada, se a senhora tem alguma ligação político-partidária com alguém, qual a sua relação político-partidária, como senhora veio trabalhar na Prefeitura Municipal de Porto Alegre?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Bem, bom dia a todos. Primeiro eu gostaria de contextualizar um pouquinho. Sou uma professora de mais de 21 anos de carreira pública, sou concursada na Prefeitura Municipal de Canoas, também concursada no governo do Estado do Rio Grande do Sul, já vinha exercendo meu papel de professora alfabetizadora desde então, tive uma passagem de dez anos na gestão pública de escola estadual, na equipe diretiva;

também como chefia pedagógica da 27ª Coordenadoria Regional de Educação, exerci meu papel, coordenando cinco municípios, e também coordenei a área pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Canoas. Logo então vim a exercer o cargo, a convite da secretária Sônia – por já termos trabalhado em alguns outros momentos destes que eu relatei aqui –, a participar, então, dessa coordenação da Gestão Pedagógica aqui na SMED. Importante ressaltar que nas duas redes eu sou uma professora muito respeitada, hoje sou diretora de escola, e, desses 21 anos, muitos deles, a maior parte deles foi na vida pública, em escola pública, no chão de escola. Como tu me perguntaste, eu não tenho ligação político-partidária, eu vi vim mesmo por convite, em função da minha competência profissional.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Qual função a senhora exercia na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e qual era a equipe em que a senhora trabalhava? Quais são as outras servidoras ou as pessoas que trabalhavam junto com a senhora? Qual a sua relação com a questão das licitações e da compra de equipamentos na Prefeitura Municipal de Porto Alegre? A senhora fazia parte do processo licitatório de escolha de produtos? Qual a sua verdadeira função dentro da Secretaria?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Bem, já que me perguntaste a função, eu coordenei o pedagógico da Gestão Pedagógica da SMED, sim; uma equipe bem extensa com vários coordenadores – até acho que não é apropriado falar todos os nomes, que são muitos coordenadores. Existiam várias equipes de educação infantil, fundamental, projetos e parcerias, a nossa ERER dos direitos humanos e étnico-raciais, enfim uma equipe bem densa. E, sim, nós tínhamos a secretária adjunta pedagógica Cláudia, que fazia parte da instância superior ligada ao gabinete. É claro que, quando aceitei o desafio de vir para Porto Alegre, nós primeiro vislumbramos a questão do panorama pandêmico, que é uma questão que não podemos deixar de sinalizar em função das lacunas de aprendizagem desses estudantes, já que, inclusive nos documentos oficiais,

como no parecer nº 6, por exemplo, de 2021, se lançava a questão da defasagem dos alunos de 6º ao 9º ano que poderiam regredir quatro anos na linguagem, em língua portuguesa; três anos, na matemática. Isso sendo lançado no SAEB de 2019, tínhamos a noção de que 50% de defasagem já existia, e, com a pandemia, provavelmente alcançou os 70% dessas defasagens. Tendo esse contexto, nós viemos construir um trabalho de programas e projetos articulados que visavam ao pleno desenvolvimento do educando, que é o que diz a Constituição Federal, no art. 205, também a LDB, no seu art. 2º, sobre questão do pleno desenvolvimento do educando e sua qualificação profissional. Pensando todo esse contexto e entendendo os impactos que a pandemia lança, as fragilidades, a questão da vulnerabilidade e a violência que todos esses estudantes sofreram em função desse impacto do não presencial, de não estarem na escola e, tão logo, se vocês têm conhecimento, só foi obrigatório o estudo presencial a partir de novembro de 2021, por questões de decretos do governo estadual. Então, pensando nesse contexto, nós montamos uma gama de projetos e programas, junto com as secretárias, com os secretários, inclusive o secretário Mário, para poder então atingir bons resultados. Entendendo isso, a gente partiu da premissa de quatro eixos norteadores bem importantes: primeiro, a alfabetização; segundo, recomposição de aprendizagens; a equidade racial; e a correção de fluxo. Dentro disso, nós lançamos aí alguns projetos, programas que hoje ainda estão em andamento, como o Alfabetiza+POA, por exemplo, que demanda aí toda uma formação pedagógica dos profissionais; tiveram dois seminários que foram excelentes; tem um acompanhamento pedagógico da equipe de assessoria. E, sim, dentro disso, houve algumas questões de aquisições de materiais, tanto pedagógicos como didáticos e tecnológicos, para que pudesse ter um bom e efetivo resultado. E o RecomPOA, também, um projeto, um programa bem importante, que, dentro dele, nós tínhamos quatro premissas: os arranjos didáticos; o planejamento que era centrado no aluno; a avaliação processual, o acolhimento e o engajamento de alunos de 3º ao 9º ano, então também com formações constantes, tanto com a equipe pedagógica, supervisores, orientadores das escolas e diretores também. Tivemos a parceria

da Nova Escola, da Fundação *Lemann* e da Fundação Cedac, todas de forma gratuita também. E outros, que eu posso citar aqui, como correção de fluxo; também o de temas transversais, que estão todos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, que é o instigante preparatório aí para a questão das provas externas e para todo um conjunto de desenvolvimento pleno desses nossos estudantes de forma integral. Então, quando tu me perguntaste se a gente tem participação na questão das licitações e das aquisições, nós participamos, porque nós, claro, a nossa parte pedagógica é analisar os materiais e entender se esses materiais que seriam adquiridos posteriormente estariam engajados e trariam resultados positivos para todas essas articulações de programas e projetos a serem desenvolvidos.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Sra. Michele, a senhora disse que participou na parte de decisão do que comprar para os programas que a senhora estabeleceu junto com outras pessoas. Eu lhe pergunto, na parte de decisões de que materiais comprar e de quais empresas comprar, a senhora teve alguma participação? E, se teve, quem mais participava dessa decisão de quais empresas foram escolhidas para comprar esses materiais? A senhora deve estar acompanhando que a CPI está investigando. Então os materiais que foram comprados, os livros que foram comprados, os materiais tecnológicos que foram comprados, a senhora participou da decisão desses materiais, dessas empresas, ou não. E, se participou ou não, quem da secretaria tinha a decisão de escolher as empresas e os materiais?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Então, todos os materiais que nos eram apresentados, diversas empresas entraram em contato conosco, sempre havia um agendamento realizado no gabinete da secretária, e sim, toda uma equipe, um corpo técnico fazia parte dessas reuniões de apresentação desses materiais, e, se a casa, o corpo técnico, pedagógico, enfim, entre outros, administrativo, questão jurídica, entendessem que esses materiais seriam

positivos, aí sim, claro que a decisão final era da secretária diante do que foi elencado pela equipe do corpo técnico em relação a esses materiais.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Em algum momento, Sra. Michele, a senhora recebeu alguém de fora da secretaria que fizesse parte do governo e de outros órgãos da Prefeitura lhe dizendo que deveria comprar algum equipamento, que a senhora deveria dar atenção especial a alguma empresa, algum fornecedor? Em algum momento algum outro secretário, ou alguma outra pessoa ligada ao Executivo lhe procurou, ou algum vereador, alguém ligado à política ou a algum órgão chegou lá e lhe disse: “Sra. Michele, nós queremos que compre este material desta empresa?”

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não, em nenhum momento. Inclusive a decisão final não cabia a mim, que eu era questão de a coordenação pedagógica mesmo entender se o produto, pedagogicamente, faria diferença na rede.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora, em algum momento, soube de alguém dessas pessoas que são ligadas ao corpo técnico da SMED, teve pressão ou foi procurado por algum secretário ou por alguma outra pessoa de fora da secretaria induzindo à compra de algum equipamento? Alguma das suas colegas desse corpo técnico?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Olha, não tenho conhecimento.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Então a senhora não tem conhecimento de ninguém pressionando ou levando, como foi citado aqui, algum *pen drive* dizendo que tem que comprar esse material ou essa usar essa ata. Em algum momento a senhora teve conhecimento de alguém que esteve procurando alguém da secretaria e tentando forçar a compra de alguma empresa?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não tenho conhecimento. Em relação à ata que tu colocaste, claro que eu tenho os SEIs dos materiais que foram adquiridos, e muitos deles foram provenientes de uma ata de registro de preço, enfim, que nós recebemos as empresas, sim, e após determinar que o produto era de forma efetivo, tinha sucesso... Inclusive eu tenho um levantamento de outras localidades, de outras cidades da Região Metropolitana, inclusive do Brasil que adquiriram esses material dessas mesmas empresas que a gente adquiriu. Teve empresas que estavam participando dessa ata de registro de preço, e que sim, seria um processo que tem vantajosidade na compra, que daria uma agilidade para o processo, mas nenhuma pressão política em relação a isso.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora nunca soube de nenhuma pressão política de ninguém para comprar de determinada ata de preço?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não, não soube de nada.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A senhora trabalhava junto com a com a Sra. Camila, a Mabel? A senhora soube se, em algum momento, elas tiveram pressão de alguém ou receberam *pen drives* de alguém?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não tenho conhecimento.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): (Manifestação fora do microfone.) Por mim... Minha parte está bom para começar a...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Eu também vou começar aqui em linha com o que foi perguntado pelo vereador. A minha pergunta se deve porque nós já ouvimos aqui a secretária Sônia, a servidora

Mabel, e ambas afirmaram que a decisão de escolha dos materiais era tomada pelo setor pedagógico, o qual a senhora era quem liderava, coordenava. E a minha pergunta é: existiam estudos prévios para compra dos materiais pedagógicos?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Sim. Como eu falei, eu tenho todos os apontamentos aqui sobre essas... Depois, se vocês quiserem que eu repasse algumas informações que motivaram a sinalizar a intenção da compra – na verdade, um investimento em educação que traria qualidade –, eu tenho esses apontamentos. E, assim, em relação à decisão, a decisão final não é do setor pedagógico. A decisão final é da Secretaria de Educação como um todo. Existia um corpo técnico, e sim nós emitíamos pareceres pedagógicos que sinalizavam a importância do material.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Servidora Michele, por que esses pareceres não estão constando em nenhum dos itens que foram adquiridos pela SMED? Todos os itens adquiridos pela SMED, via adesão à ata ou via INEX, todos são sem a parte pedagógica que dá embasamento. Quando existe algum item, existe uma justificativa de *marketing* do fornecedor que já foi escolhido. Por que todos esses itens que você diz que pode aqui justificar, nenhum está no processo SEI, e nenhum dos itens está nos processos SEI?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Olha, o meu conhecimento, a justificativa pedagógica consta nesses materiais, inclusive citando alguns autores importantes que relatam sobre algumas questões particularmente da educação. Não tem, não...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vamos ver o caso da situação no Mind Lab, que começa com o *e-mail* da Sra. Lia Wilges para a senhora. Qual foi o embasamento pedagógico, que começou no mandato da secretária, para não

existir nenhum anexo prévio e, simplesmente, um *e-mail* da Sra. Lia Wilges para a Michele sugerindo o início da compra?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Então, Mari, eu já... Como eu disse para vocês, eu já trabalhei na coordenadoria regional do Estado, e essa empresa, eu já tinha ouvido comentar e já tinha recebido uma pessoa que apresentou o material, e, na época, quem até me trouxe essa pessoa foi uma coordenadora da tecnologia da casa, que tinha visto ela num simpósio. Eu achei o material muito potente já naquela época anterior, mas é claro que nós não tínhamos condições de aquisição, em função do contexto estadual, da vivência estadual. E, posteriormente, quando chegamos aqui na Secretaria, sim, foi mencionado pela servidora, que já tinha...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora pode nomear as pessoas com quais você está falando?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: A pessoa da empresa é Sra. Lorena...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora pode nomear o sobrenome da Sra. Lorena?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Agora eu não recordo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Posso te repassar depois. E a servidora Lia comentou nessa empresa e sugeriu que fosse feito então uma reunião para apresentação do produto. E nós fizemos uma reunião que várias pessoas participaram, inclusive a secretária adjunta – aliás, mais de uma reunião tá? A secretária adjunta pedagógica participou, a gente fez análise de todo

material, é um material muito potente, que tem, inclusive, uma pesquisa importante lançada pelo Instituto Insuper, que é um instituto sem fins lucrativos – um relatório, na verdade, de 2018, com várias pesquisas de impacto desse produto e de forma a entender que seria um produto que apoiaria, porque, na verdade, é uma metodologia, ele não é simplesmente um material, ele é uma metodologia que trabalha o socioemocional do estudante.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E qual é a ligação da Sra. Lia, a qual você se referiu num *e-mail* com a Secretaria de Educação, uma vez que a senhora já conheceu produto por outros trâmites anteriores.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Na verdade, ali dentro da SMED, a Sra. Lia que sugeriu, ela fazia parte do administrativo, em algum outro dado momento ela também tinha feito parte do corpo pedagógico. Ela sugeriu, acolhemos a sugestão e fizemos a análise de material, assim como outros tantos que nos procuraram para solicitar essas agendas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E a Sra. Lia, então, ela era do administrativo e ela sugeriu ao pedagógico em uma reunião prévia com quem?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Ela fez uma reunião comigo, com a secretária Cláudia, e, posteriormente, foi feita uma agenda oficial com os representantes da empresa, os secretários, para poder apresentar o material de fato.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora pode nomear quem são os representantes da empresa que estavam presentes na reunião?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: A Sra. Lorena, que é a representante que veio na reunião.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Somente a Sra. Lorena? O Sr. Reymunde não estava presente?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não estava presente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora reconhece o nome do Sr. João Reymunde como representante da Mind Lab?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não recordo. O meu contato direto maior era com a Sra. Lorena.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas a senhora reconhece o nome do Sr. João Reymunde como representante da Mind Lab ou alguma ligação com a empresa Mind Lab?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não. Desconheço.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora alguma vez ouviu falar no nome do Sr. João Reymunde?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não estou lembrada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Lembrando que aqui nós estamos numa CPI, na qual a omissão de informações também tramita no rito criminal.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Tem um outro representante que conversava comigo que era o Sr. Wagner, mas não estou recordando do nome...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sr. Reymunde nunca teve contato com a senhora?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não recordo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não recorda se o Sr. Reymunde teve contato com a senhora?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Se teve contato, provavelmente, foi em reunião presencial, mas não estou recordando.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ok. Temos inscrito já o Ver. Jonas Reis. Depois, eu passo a palavra para o Sr. Roberto Robaina.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Bom dia a todas e todos; Presidenta, Ver.^a Mari Pimentel; bom dia, Sra. Michele Acosta, que era coordenadora pedagógica na gestão da Sônia. Então, obrigado pela sua presença e trago aqui um questionamento inicial que já fora feito, mas reitero. Qual a sua relação, qual o tipo de diálogo, se existiu ou não, e como se dava a relação da secretaria com o Sr. Xandão, que era presidente municipal ou é do PMDB, MDB, partido do prefeito Sebastião Melo? Porque aqui, na outra reunião que teve, foram apontados que, supostamente, ele levava *pen drives* com solicitações até à SMED. Isso é verdade ou não? Eu lhe faço essa pergunta. E pergunto também: a senhora conhecia o programa de metas da educação 2021 a 2024? Sabe que aquisições foram feitas na sua diretoria? Visavam a atingir alguma meta específica? Outra pergunta: a senhora tem ciência de que o material que foi para a Escola Porto Alegre, que é de jovens e adultos, não era material para jovens e adultos, para aquela comunidade, para aquele conjunto de estudantes? Não tinha nada a ver. E aí eu lhe pergunto: quais eram os critérios dessas compras? E também faço a seguinte pergunta: de quem partiu a demanda inicial e a decisão de aderir a atas de registros de preço da empresa Astral, Inca e Sùdù, e por que uma só empresa, de 11 aquisições, foi escolhida a receber 6 aquisições, a fazer a SMED essas compras? Por que uma empresa só, diante

de um mundo imenso que nós temos? E também faço a seguinte pergunta: a senhora dialogava com as escolas sobre as demandas pedagógicas? Porque as escolas receberam muitos livros que não tinham a ver com o dia a dia, com os projetos literários das escolas, que tinham vida própria, mas não recebiam recursos, e receberam pilhas e pilhas de livros que não tinham relação direta com o dia a dia das escolas, portanto, não tinham relação direta com a busca do novo IDEB, com a busca de uma nova qualidade de educação. E, por último, qual o motivo da sua exoneração? Ao que a senhora atribui a sua exoneração na pasta? Obrigado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu fiz três perguntas, vereadora, uma de cada contexto, só que elas são explicadas, porque é assim que a gente faz, a senhora deveria saber. A senhora às vezes diz por aí que é professora de português, etc. e tal.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Só uma questão de ordem, Presidente, senão não tem porque nós aprovamos um plano de trabalho, o relator gastar seu tempo ali escrevendo, nós discutirmos um plano de trabalho, aprovar. No plano de trabalho, é claro, são três perguntas em três minutos, até porque tem uma repescagem depois para dar a oportunidade de outros vereadores perguntarem. O Ver. Jonas é professor de música. Professora de língua portuguesa sou eu e vou dizer que tem que ser claro e objetivo. Não estou dando carteiraço, estou só explicando porque é bom a gente ajudar os colegas na construção de perguntas objetivas, porque se não, coitada da testemunha, fica ali cheia de perguntas e acaba não respondendo todas. Muito obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vereadora.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não, agora uma questão de ordem, a vereadora lembrou que eu sou professor de música. Faltaram os instrumentos de música que foram comprados para as escolas, eles são de brinquedo. A senhora tem ciência disso?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, muito obrigada.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Nem sei por onde começar, mas, enfim, vamos lá. Não tenho nenhuma relação, a não ser profissional, com o Sr. Xandão, do PMDB, como o senhor mencionou. Acredito ter encontrado ele uma, duas vezes em reuniões em que todos nós fizemos parte, de governo, de apresentação de projetos. Não tive relação nenhuma com essa situação que foi elencada, não tenho ciência, pelo menos, dessas entregas, enfim, de *pen drives*. Conheço, sim, o programa de gestão da Prefeitura Municipal de Canoas, de Porto Alegre, desculpa, Canoas faz parte do meu ser, porque eu sou de Canoas, mas, enfim, esses programas estão atrelados aos quatro eixos que eu comentei no início, quando eu estava explicando que tem a ver com os nossos eixos: alfabetização, recomposição de aprendizagens, porque, dentro do programa, sim, tem quantitativo de redução de aprovação, que, inclusive, no final de 2022, nós tivemos um crescimento de 72% para 89% de aprovação dos alunos da rede. E, entre outros indicadores, como a correção de fluxo, que também teve resultado positivo, que era 42% e está em 39%, nós sabemos que ainda é um número alto, mas estava sim ciente das metas, e muitas dessas ações, desses projetos têm a ver com isso. Precisaria de nomes da questão desses livros de jovens e adultos que tu mencionaste, até porque eu, desde 2022, não estou mais lá, então, todo este ano, enfim. As empresas, como eu falei, havia uma apresentação, havia uma reunião pré-agendada no gabinete dos secretários, eram feitas decisões a partir da análise pedagógica. E esses materiais de jogos e de instrumentos musicais eram materiais pedagógicos. Então, assim, não era material para instituir uma banda, e sim trabalhar com a musicalização, que é o que diz a Base Nacional Comum Curricular.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Diálogos nas escolas. Nós fazíamos reuniões periódicas com os diretores, quinzenais, e sempre o pedagógico esteve presente com supervisores e orientadores, reuniões quinzenais, além das formações. Orientadores escolares, nós começamos um pouco mais lentamente, reuniões mensais, após a organização do corpo técnico. Até por que quando a gente assumiu, em 2022, houve uma troca de equipe muito grande, até que se organizou tudo. Então, assim, sim, nós tivemos bastante diálogo com os diretores, os livros didáticos, os livros literários a que o senhor se refere, que chegaram nas escolas, as escolas não recebiam livro desde 2007, que era o que me constava. Todos eles foram analisados, sim, por um corpo técnico, incluindo uma equipe de bibliotecárias que nós temos na SMED. Então, entendemos que, pensando na alfabetização, que a maior parte, mais de 70% dos nossos alunos aqui da rede de Porto Alegre não se alfabetizaram ao final do terceiro ano do fundamental, dar potência à leitura era uma questão essencial, fundamental.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Eu gostaria só de reforçar aqui que, tanto o Ver. Jonas Reis como eu, solicitamos onde estão as análises prévias, se a senhora conseguir indicar agora, que a gente já solicita em um requerimento ao governo. Onde estão nas análises prévias de todas as aquisições que passaram pela coordenação pedagógica? Pois todas as aquisições começam apenas já com o ato da compra. Onde a gente pode ter acesso a esses documentos?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Olha, os processos SEI, quando eram instruídos, eles sempre tinham um plano de trabalho ou a justificativa no termo de referência que mencionava, sim, aquisição pedagógica.

E, por vezes, alguns ainda tinham elementos adicionais da questão do pedagógico.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, todo o instrumento de análise que foi feito para todas as aquisições já está no processo SEI? Não existe nenhum documento, fora esse, para a gente anexar às CPIs?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Os documentos oficiais estão nos processos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nenhum outro estudo.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Outras análises pedagógicas eram nossas análises internas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E a isso a gente não tem acesso? Não foi formalizado para embasar.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não foi formalizado. Mas dentro do processo tinham as informações necessárias para que ele desse prosseguimento. Até por que tínhamos outras instâncias, né?! Não era só o pedagógico que demandava o processo. Esse processo arrolava vários setores da casa.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas deixa eu entender. O processo de aquisição da Mind Lab começa com um projeto maior, pelo que eu entendo, da Secretaria Municipal de Educação. Porque, para mim, hoje, e para todos nós que acompanhamos a CPI, começa com “compre Mind Lab”. E a minha pergunta é: por que “compre Mind Lab”? Em que projeto está isso?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: No projeto de recomposição das aprendizagens.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E por que direto “comprar Mind Lab” e não existe uma análise prévia do que precisa ser feito para recompor as aprendizagens?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Nós temos um programa de recomposição de aprendizagens, vereadora, e essa metodologia que a empresa Mind Lab traz para a cidade potencializa que o programa tenha um efetivo sucesso, haja vista os impactos que têm sido coletados em outras localidades do País.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E a gente não abriu para nenhuma concorrência e outros projetos que pudessem ter impacto positivo da mesma maneira que o Mind Lab?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Esse tipo de metodologia nenhuma outra empresa oferece.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E onde está essa análise de metodologias para que justifique não abrir a concorrência e, sim, direcionar a compra para a Mind Lab?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Dentro do plano de trabalho do processo existe toda a explicação de como funciona essa metodologia e o porquê de ela ser única.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, existe a justificativa de *marketing* da empresa; não existe por que Porto Alegre decidiu não ampliar a

concorrência, decidiu não justificar a metodologia e adquirir um item direcionado da empresa.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, a senhora já está dando resposta, se está tudo dentro do processo, está dentro processo! A senhora não tende induzir! A senhora não pode fazer isso! Seria a mesma coisa que eu estranhar por que a senhora apareceu na Secretaria com livro de um amigo seu para vender e querer incluir. A senhora forçou uma venda de um livro de um amigo seu, forçou um programa, e qual é a explicação que a senhora deu? Ele é meu amigo, só isso. Então, a senhora não tente – não tente! – induzir, porque isso não pode! A senhora tentou induzir testemunhas, que a senhora vai responder muito caro por isso! A senhora induziu testemunhas a fazerem áudios! Isso é crime, como a senhora gosta de ameaçar os outros, a senhora está sendo...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ameaçada! Não tem problema...

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, a senhora está sendo auditada! A senhora está sendo auditada!

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Por enquanto, auditada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereador. Servidora Michele, eu gostaria que tu explicasses, e aqui eu falo do processo SEI, que eu analisei cada um dos processos SEI, eu sei tudo o que consta lá. Desculpe, mas eu gastei muita energia e muito foco do meu mandato para entender por que Porto Alegre escolheu algumas decisões. E uma delas é por que ela não ampliou

a concorrência por um processo, julgo, inovador com outros *players* no mercado e outras concorrências, e a gente direcionou direto a um *e-mail* que começa o processo com o *e-mail* da Sra. Lia Wilges falando sobre o projeto Mentis Inovadoras da Mind Lab. É só essa pergunta: por que a decisão de não procurar outras empresas que pudessem também ser inovadoras no sistema de alfabetização?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Em primeiro lugar, como eu já falei, o plano de trabalho do processo consta, sim, sobre a metodologia inovadora que a empresa Mind Lab dispõe. Inclusive ela discorre sobre a questão do raciocínio lógico, sobre o metacognitivo, sobre a mediação, sobre os jogos, a ludicidade, a questão do acolhimento, do protagonismo que ele desempenha, as situações de conflito que o jogo proporciona, a memorização, o lançamento de estratégias. Existem 21 países que já utilizam esse material, e, no Brasil, nós temos várias redes estaduais e municipais que adquiriram também esse produto, e esse produto, sim, ajuda na tomada de decisão, no planejamento, no autoconhecimento, na sequência didática, e cada módulo dessa metodologia tinha o desenvolvimento de várias facetas das quais aqui um pouco eu já compartilhei com vocês. Isso tudo está dentro do plano de trabalho que está no processo. Aí eu entendo assim, enquanto sistema de ensino, o sistema de ensino tem autonomia das decisões mediante os projetos, as estratégias e os programas que são lançados para atingir determinados fins.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, eu só gostaria de confirmar: não foi trazido nenhum outro concorrente para se manifestar com relação... Se poderia suprir as necessidades da Secretaria de Educação com relação a esse item? Ou foi trazido? Porque no SEI não consta.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Como eu já coloquei, nenhuma outra empresa, e nós já fizemos essa pesquisa, essa pesquisa também consta no processo, não apresenta a mesma capacidade, o mesmo impacto e a

mesma ação na rede. Como eu falei, o relatório de 2018 dessa empresa Inesper alertou que existem crescimentos de 20%, 30% até 50% da aplicação dessa metodologia. Então, é uma metodologia específica, não há concorrência.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não existe concorrência?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Para esse tipo de metodologia não há concorrência.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Passo a palavra para o Ver. Roberto Robaina.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bom dia, Dona Michele Acosta. O pessoal que é assessor pode sair da frente, por favor? Só porque atrapalha, que eu preciso olhar a nossa testemunha. É que assim, hoje de manhã, a polícia... A Secretária da Educação teve a visita da polícia. Por esse episódio que a polícia investigou, eu inclusive propus uma Comissão Parlamentar de Inquérito, faltou uma assinatura. Então, eu quero deixar claro o seguinte: tarda, mas a polícia bate à porta. Eu acho que Comissão Parlamentar de Inquérito tem muita importância. Quero até pedir desculpa para as assessoras aqui, mas eu realmente estou muito incomodado porque a senhora disse aqui – e eu quero confirmar – que a indicação da Mind Lab foi orientação da Sra. Lia Wilges. Isso a senhora disse na pergunta da Ver.^a Mari Pimentel, eu quero saber se isso é certo por uma razão. O processo, como muito bem disse a Ver.^a Mari Pimentel, o processo de compra começa justamente com a sua... A solicitação aquisição de material da Mind Lab começa com a sua carta, a sua solicitação – o documento está assinado pela senhora – e termina, esse documento, justamente fazendo a indicação de que os maiores detalhamentos sobre o material pedagógico estão disponíveis no site da Mind Lab, e o plano é depois disso. Isso é o ato formal de compra, não tem um ato anterior. O ato anterior é a sua indicação, indicando a Mind Lab, e nós queremos saber disso, porque a suspeita

é justamente de um processo direcionado para uma empresa, essa é a suspeita, que é um crime. Então nós estamos perguntando isso para a senhora em razão disso. E me chama a atenção, porque eu quero saber quem foi que indicou, se foi a senhora ou se foi a Lia Wilges porque o histórico da Mind Lab é um histórico de investigação há mais de 10 anos. A Mind Lab está sendo investigada pela Polícia Federal, tem caso... Não sei se o pessoal pode colocar aqui. (Mostra imagem.) As últimas notícias da Mind Lab estão aqui, roubalheira direto, está ali: “Polícia Federal encontra caixas e bolsas cheias de dinheiro em operação sobre fraude em contratos de prefeituras de Palmas”. Isso é de agora, mas a Mind Lab está desde muito tempo com fraude em Taubaté, em Pernambuco, com indicação do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Essas foram as referências da senhora? Então, a pergunta é esta: quem foi que indicou a Mind Lab? Essa é a pergunta.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: A funcionária Lia sugeriu a empresa e, como todas as outras – como eu falei anteriormente –, seguiram-se os ritos oficiais: agendamento da reunião oficial com as secretárias, com a equipe técnica, coordenadores, e posterior indicação, se for positiva, se o corpo técnico entender que o material – que no caso é uma metodologia – seria positivo, se dá o prosseguimento do processo. Eu não tenho poder de decidir sozinha, porque existia um corpo técnico para isso, e eu não sei se o senhor tem conhecimento, mas dentro da Secretaria de Educação existiam os ritos do processo, simplesmente o *e-mail* foi a sugestão de agendamento e prosseguimento para se executar o processo.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O *e-mail* foi o quê? O *e-mail* foi uma determinação...

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: A indicação de iniciar um processo de aquisição da metodologia.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Exatamente...

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Existiu, depois disso, vários outros ritos e passaram por outras instâncias; instâncias administrativas, financeiras, jurídicas. A minha colaboração nisso é, de fato, indicar que pedagogicamente é um material importante, interessante; inclusive eu não sei se o senhor tem conhecimento que as escolas gostaram bastante do material, utilizaram e ainda estavam tendo formações este ano.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): As escolas não gostaram dos materiais, mas esse é outro problema. O que nós queremos saber é justamente isso, mas a senhora confirma que foi a Sra. Lia Wilges, que hoje está lotada no gabinete do Prefeito, que lhe indicou a Mind Lab, e o processo de aquisição da compra começa com a sua orientação de que a Mind Lab vai dar as indicações pedagógicas e os detalhamentos. Depois disso, vocês fazem o plano de trabalho. Esse é o ato formal que está nos documentos, antes disso não tem nada, portanto começa a contratação da Mind Lab... Começa justamente indicando a Mind Lab para ser contratada, esse é o processo. E a senhora não está negando o que eu estou dizendo; ou se está negando, pode me argumentar, por favor. Porque o que eu tenho no processo é que começa justamente com a sua solicitação de que os maiores detalhamentos sobre o material pedagógico estão disponíveis na Mind Lab, e aqui começa a contratação da Mind Lab, com essa sua indicação.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Ver. Robaina, falei e falo novamente que, sim, a servidora Lia indicou – não, na verdade, não indicou, sugeriu –, mas antes de iniciar, antes de enviar o *e-mail*, nós tivemos várias reuniões com a empresa de apresentação oficial, para depois iniciar o encaminhamento...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A senhora tem as atas dessas reuniões?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eram fluxos que arrolavam no processo...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A senhora tem as atas dessas reuniões? A senhora participou dessas reuniões anteriores?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Participei das reuniões.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A senhora tem as atas, tem os documentos?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não temos atas das reuniões.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não tem atas das reuniões? Não tem documento oficial que mostre que teve reuniões? Não tem agenda da secretária com essas empresas?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Possivelmente, na agenda das secretárias.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Porque, quando nós tivemos a oitiva com a secretária, isso não foi dito. Outra questão então, isso já está clarificado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Só para confirmar, nós não temos nem a data da agenda, nem as atas, é isso? Só porque depois.. Senão o relator vai solicitar.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não é questão de não ter, eu não recorde; isso possivelmente está disponível nas agendas das secretárias.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A gente pode solicitar para senhora... A gente solicitou alguns documentos para as outras pessoas que estiveram aqui, as outras testemunhas, e elas enviaram para CPI. A gente pode solicitar para senhora a data dessas agendas e as possíveis atas?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Pode solicitar.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Podemos?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Posso ir atrás da informação.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Porque isso muito importante – nós gostaríamos...

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Só retifico que eu não estou mais lá na casa.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Mais isso era no tempo que a senhora era a coordenadora pedagógica.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Só uma complementação aqui. Sra. Michele, a senhora disse que teve uma indicação da contratação dessa empresa, pela Sra. Lia, mas a Sra. Lia fazia parte da equipe, da sua equipe?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não da minha equipe, mas no corpo técnico da casa; sim, depois, foram feitas as reuniões para análise pedagógica, como eu falei.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Sim, mas a indicação dela, por que veio a indicação dela, porque existia um plano de trabalho que precisava desse material, ou ela fez a indicação e depois foi feito o plano de trabalho – acho que essa é...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Exatamente.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Ela fez a sugestão...

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Já existia um plano de trabalho, e ela fez uma indicação de uma empresa para suprir a necessidade do plano de trabalho, ou ela fez uma indicação de uma empresa e depois que tinha a empresa, foi construído um plano de trabalho?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Exatamente esse é o problema.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Ela sugeriu uma reunião com a empresa para que eu pudesse conhecer o material; achei pertinente, inclusive as secretárias também estavam ali acordando; após essa reunião, entendendo o que os programas tinham ali para articular, aí foi feito o encaminhamento da definição da aquisição e do plano de trabalho.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Só vou fazer uma pergunta, uma consideração. A senhora sabe que deixar de licitar fora das hipóteses legais é crime e que, segundo a auditoria do TCE, a inexigibilidade do Mind Lab foi regular? E qual sua responsabilidade nesse processo de contratação?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não tenho conhecimento de que o processo tenha sido irregular ou tampouco tem alguma acareação formal. Nós respondemos, justificamos para o TCE em todas às vezes que foram solicitados.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O que me chama atenção, relator Mauro, é que, pelo que eu entendo... Não, eu fiz uma pergunta, Ver. Cecchim. Eu só fiz uma pergunta, eu vou fazer duas só, eu vou fazer só duas perguntas.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Entendi, é que o próprio relator, eu acho que corretamente usou a palavra no meu tempo, acho que é normal para que a gente possa entender, e o que eu tenho entendido é que esse formato que a Sra. Michele descreveu não é um formato correto de licitação, porque foi uma escolha a partir de uma indicação e, a partir da indicação de uma funcionária que hoje está lotada no gabinete do prefeito começou um processo de contratação. Isso foi o que foi dito. Mas eu quero só passar para um outro tema, já que esse eu creio que está esclarecido, e perguntar para a senhora por que foi da senhora a responsabilidade, que negou a aquisição, Dona Michele, dos produtos da fornecedora Eureka, ofertados ao Município em substituição aos produtos escolhidos pela Sùdù. E, como a senhora deve estar acompanhando a CPI, justamente sobre a compra dessa coleção Conexão educação ambiental também paira uma suspeita de irregularidade, de cartel, em que a Sùdù seria também uma empresa ligada aos interesses comerciais do Sr. Jailson Ferreira. Nos documentos oficiais, consta justamente que a senhora é a responsável por negar os produtos da Eureka, mas, no seu documento, em que a senhora nega esse material, um documento de outubro de 2022, a senhora não dá nenhuma argumentação, a senhora simplesmente descarta a avaliação da editora Eureka e, a partir dessa sua negativa, a Prefeitura adquire os produtos da Sùdù. Então, eu gostaria que a senhora tivesse a oportunidade de argumentar por que foram

negados esses produtos da Eureka, e por que inclusive foi considerado que a Prefeitura não podia fazer negócios diretamente com essa empresa especificamente.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Primeiro, gostaria novamente de afirmar que a questão da Lia foi uma sugestão e que existiram trâmites posteriores; e que não foi uma definição da servidora que eu deveria mencionar, indicar ou adquirir tal produto de tal empresa. Essa empresa no momento que foi feita a aquisição estava com todas as certidões regulares e toda a documentação em dia. Em relação a essa questão da Conexão ambiental, eu acho que é de domínio de vocês, vereadores, que existe uma lei dos PEDs aqui no Município e que instituiu coordenações dentro das diversas secretarias – inclusive, nós temos coordenações nas escolas. Todas as escolas têm o responsável pela questão da lei da sustentabilidade. E a empresa Eureka não fornecia o produto em todos os anos escolares que nós estávamos necessitando, então, não tendo nem o quantitativo para a gama dos anos, entendemos que não serviria a aquisição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Isso...

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Era para ser do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, e a Eureka não tinha essa disponibilidade.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bem, isso eu só não entendo por que a senhora não explicou no documento oficial, não consta nenhuma argumentação acerca disso. Então, depois, se a senhora puder...

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Consta que a empresa não atenderia as necessidades da Prefeitura, da Secretaria de Educação.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, a partir de todos elementos... A senhora não diz isso, mas, se a senhora puder depois nos passar a avaliação sobre essa empresa, para que a CPI tenha esse documento, também eu lhe agradeço. É isso, por enquanto, antes que a Ver.^a Nádia, mais uma vez, use a palavra, para evitar que as pessoas possam perguntar.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, a senhora não me leve a mal, eu sou muito dentro da legitimidade, da legalidade, mas a senhora não está coordenando esta CPI da forma que tem que coordenar. A senhora, por favor, tome a frente, as rédeas desta CPI, porque a senhora simplesmente está rasgando os trabalhos que tanto nós prevemos aqui. São três minutos, três perguntas, tem a repescagem, mas a senhora me parece que está sendo coadjuvante, a senhora tem que ser protagonista.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vereadora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Tome a CPI por si. Também quero aqui deixar registrado, de forma muito clara, a falta de educação de um vereador homem para com três assessoras mulheres. No mínimo, o Ver. Robaina deveria aqui vir pedir desculpas pela forma como ele tratou três mulheres assessoras, mandando que elas saíssem da frente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereadora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não, não, a senhora é mulher também, a senhora entende, e acredito que as vereadoras mulheres que estão aqui também deveriam...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O vereador pediu desculpa, obrigada.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Aqui no microfone que ele peça em bom e alto tom, porque é uma vergonha tratar mulheres assessoras dessa forma. Que ele vem aqui também, porque ele estava com o microfone quando ele mandou elas saírem. Cadê o feminismo?!

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vereadora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Aí o feminismo é seletivo. E digo: essas assessoras não dizem respeito à minha ideologia, mas defendo as mulheres aonde quer que elas estejam. Não se sintam acovardadas por um machista!

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vereadora.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mari Pimentel, realmente eu nem consegui escutar a Ver.^a Nádia, mas eu pedi desculpas inclusive para as assessoras do PCdoB na frente, e elas não precisam da defesa da Nádia, elas sabem se defender, e eu sei reconhecer quando eu erro. Agora a discussão aqui não é essa, a discussão aqui são as perguntas que nós estamos fazendo sobre o cartel que tem na Secretaria de Educação, e que a Nádia tem que explicar por que a polícia hoje foi na Secretaria de Educação e por que ela foi contra a CPI quando eu propus. Ela que é tão a favor da lei, deveria cumprir a lei e elogiar a ação da polícia hoje, e não tentar impedir que a CPI jogue mais luz nos problemas que têm a secretaria que ela tanto quer defender.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Questão de ordem: a ida da polícia hoje na secretaria não tem absolutamente nada a ver com essa CPI, é uma ação que vai de 2017 para trás. Acho ótimo se a gente puder tratar de tudo isso aqui dentro também, porque vai ficar claro que toda vez que a Prefeitura de Porto

Alegre precisou fazer alguma coisa, fez, e que lá em 2021 o prefeito Melo já afastou as pessoas que estavam dentro da secretaria e que se sabia que estavam envolvidas em alguma coisa.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver.^a Fernanda Barth. Eu acho que os vereadores, depois de quase três meses de CPI, não entenderam que o nº 2, da CPI, se deve às verbas extras. Então, sim, o que hoje foi noticiado, e hoje a ação da polícia se deve ao que está sendo investigado dentro da nossa CPI, e que eu acredito que nenhum vereador aqui da Casa teve acesso à auditoria ou como está o processo administrativo dos envolvidos. Então nós precisamos entender. E tanto que é o item dois, antes dos itens aqui do Mind Lab, que é o item cinco, o item dois se deve às verbas extras. Então desculpe, Ver.^a Fernanda Barth, se você ainda não teve a capacidade de ler a peça original da CPI. Obrigada.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): (Manifestação fora do microfone.) De capacidade eu entendo muito. A senhora é que não tem.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, acho que aqui não se trata de entender ou não. Nós concordamos que está no item dois da CPI, só que a jornalista Adriana Irion fez isso em 2021. O que se fez hoje foi verificar aquilo naquela época, em 2021. Então, que bom que veio à tona agora. Eu acho que isso fez bem pro nosso governo, fez muito bem, porque mostrou que nós tomamos posições firmes quando é necessário, independente de quem seja. Não tem o secretário A ou secretário B. O prefeito Melo tomou a providência na época, saíram as pessoas que tinham que sair na época, e hoje, três anos depois, a polícia está fazendo um trabalho que poderia ter feito naquela época.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Entendo essa posição do governo. Passamos, então, ao que é a temática da CPI de hoje. Obrigada. Ver.^a Biga.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Bom dia, colegas vereadoras, vereadores, Presidente Mari e a nossa convidada Michele Schröder. Obrigada por você estar aqui e nos ajudar, porque uma CPI é exatamente um inquérito, portanto, todas as dúvidas que nós temos, que nos chegam, nós temos a obrigação de perguntar para os nossos convidados. Esse é o papel de uma CPI. Nós não estamos aqui para justificar, até porque nós nem teríamos condições, na medida em que os vereadores desta Casa e as vereadoras não tiveram acesso ao inquérito que foi estabelecido internamente na SMED. Nós não tivemos acesso até agora à auditoria, apesar de a termos solicitado. Eu sugiro, Ver. Idenir Cecchim, que nos ajude. Este é o papel da CPI: buscar. Por que até agora não chegou para nós, Ver. Mauro Pinheiro? Eu queria me dirigir à senhora. Quando a senhora afirma que, desde 2007, as escolas não recebiam material de literatura, dos livros, não é? O Adote parou de existir? Porque a informação que a gente sempre teve aqui é de que a SMED, há mais de 20 anos, tem esse programa, e que esse programa... A SMED recebe cerca de 700 e mais na compra para livros, e a atualização das bibliotecas se dá através desse programa Adote. Então, como assim, desde 2007, não tem? É uma questão que ficou para mim. Mas o que eu queria lhe perguntar, a minha primeira pergunta: a senhora teve a sua exoneração no dia 1º de janeiro de 2023. A SMED, por acaso, o motivo foi de que teria alguma divergência com o projeto da então secretária Sônia para a educação do Município, ou teria alguma relação com o processo já do TCE, envolvendo a aquisição dos *kits* da Mind Lab? Essa é a minha primeira pergunta.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Então, vereadora, realmente, a questão do Adote sempre vem funcionando, mas são potencialidades menores. O quantitativo de aquisição é para disponibilizar que o escritor vá até a escola e são alguns exemplares adquiridos, não em quantitativo, assim, de acervo literário, essa aquisição feita, na verdade, é um acervo literário com vários títulos e quantitativos maiores para que possa ser trabalhado de

forma mais pedagógica, efetiva, assim, com as turmas, tendo um quantitativo maior de número de títulos, tá? O Adote funciona, sempre funcionou, é um grande projeto até na nossa equipe de projetos e parcerias.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Então não é verdade que desde 2007 não recebia...

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não. A questão do Adote existe, desculpa, falha a memória, mas eu digo assim, em grande quantitativo de acervo literário pela SMED, através da SMED. Isso que foi repassado pelas escolas, que eles estavam necessitando potencializar o acervo mesmo literário das escolas, que estavam um pouco sucateados, tá? Em relação à minha exoneração, eu me exonerei do Município de Porto Alegre por razões um pouco particulares, eu estava com excesso de trabalho, sobrecarga, eu sou hipertensa, tive algumas crises fortes; e a questão da logística, vocês sabem que o deslocamento é próximo, mas nos horários de pico Canoas, Porto Alegre, a coisa fica bem difícil, eu tenho filho pequeno, então foram razões particulares. Então logo a minha decisão foi tomada, eu comuniquei à secretária, que prontamente entendeu a minha situação pessoal, e então retornei para o Município de Canoas e me apresentei lá. Não teve a ver com divergências ou com relação ao processo do TCE, até porque o processo solicitou as justificativas e todas elas nós tínhamos o potencial de argumentação e já realizamos essas respostas.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Muito bem. Nós que integramos a CPI e nos dispusemos a estar aqui e, de fato, o inquérito vir a nos responder, nós vamos estudar. Nós estudamos as peças, aquilo tudo que nos chega, e, ao estudar, ao analisar o processo das compras que são os objetos dessa CPI, se verifica que os processos de compra iniciados com atas de registro de preços das empresas que viriam a ser contratadas ou com Termos de Referência já com a fornecedora definida – certo? –; falta de detalhamento da necessidade da SMED que, supostamente, seria atendida pelo objeto a ser comprado; não

apresentação de estudos preliminares. Os despachos, documentos públicos que aqui a Ver.^a Mari lhe perguntou várias vezes, contêm apenas cópias de trechos de materiais de publicidade, de publicidade dos fornecedores, não é a explicação qual foi fornecida. A senhora falou muito aqui, diversas vezes, que as decisões passavam pelo corpo técnico que analisava antes, corpo técnico, então, eu lhe pergunto: esse corpo técnico, há uma espécie de comitê? Quantos são esse corpo técnico? O que envolve? Quantas pessoas estão nesse corpo técnico que decide tudo? A senhora podia nos detalhar esse fluxo de decisão para aquisição do material? Porque, inclusive, a própria secretária dizia: “Não, tudo depende da opinião do corpo técnico.” Então, eu suponho que o corpo técnico é extremamente importante. Quem é esse corpo técnico? Como se dá esse fluxo em que aqui é falado, comentado também? Esse fluxo para aquisição de cada um desses materiais, o processo passava por quem nesse corpo técnico? E qual o poder de decisão de todas as pessoas envolvidas nesse corpo técnico? Essa é minha segunda pergunta.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Então, o corpo técnico dependeria de cada aquisição. Nós tínhamos vários coordenadores, coordenador de tecnologia, administrativo, financeiro, secretário adjunto Mário, secretária Claudia, secretária Sônia, os assessores diretos ali de gabinete e alguns assessores, dependendo da situação do envolvimento, de fato, da aquisição. Se ela era tecnológica, se era literária, daí nós incluíamos técnicos em biblioteca, enfim, dependendo da aquisição, se constituía esse corpo técnico, que não era eu que definia, eram reuniões que, sim, eram agendadas pela agenda de gabinete e, depois, a análise era feita então em todas as instâncias. E existe um fluxo do processo – eu não vou saber te detalhar exatamente todo o passo a passo porque isso é uma questão de fluxo administrativo. Nós éramos orientadas pelo setor administrativo como deveria se encaminhar esse processo, e aí iam passando por todas as instâncias para ver se tinha demanda financeira, a questão da demanda pedagógica...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Quem do setor administrativo orientava esse fluxo?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Os coordenadores do administrativo. E foi mais de uma pessoa que coordenou o administrativo nesse período.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): A Procuradoria participava desse fluxo?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Chefiados pelo secretário Mário. E, sim, se passava pela assessoria jurídica também as aquisições. Passava, como eu falei, pelo corpo administrativo, financeiro, equipe pedagógica, enfim, todos faziam os encaminhamentos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E Procuradoria?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: A Procuradoria do município? Sim, também eram encaminhados.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eram feitos registro dessas análises, tem atas?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Na verdade, está incluso no processo, cada setor que ia demandando, ia registrando...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Não tem, nós já fomos atrás disso e não encontramos nada de registro desse processo. Eu repito: o que tem no SEI são propagandas publicitárias das empresas, não tem o processo de como se dá, justificar, nada, nada, nada nós encontramos. Por isso que eu estou te fazendo essa pergunta, esse fluxo como é que ele se dá. Para nós entendermos

como é que chega a essa aquisição, quem orienta, quem decide. O corpo técnico quem são, quem é que o compõe, quem chama, é nomeado esse corpo técnico? Quem chama essas reuniões, quem tem o poder de, depois que analisaram, encaminhar isso para a secretária ou, enfim, para a Procuradoria, para quem? Esse fluxo ainda não foi detalhado para esta CPI, é isso que eu estou te perguntando.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não fazia parte da minha incumbência, enfim, detalhar esse fluxo. Nós fazíamos conforme éramos orientados. Com decisão final, é claro, de montagem do plano de trabalho, do termo de referência, enfim. Dependendo de cada processo, tinha uma forma de encaminhamento...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Quem orientava, Michele, quem orientava? Você fala: “não, eu fui orientada”. Quem te orientava?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: O corpo administrativo da secretaria.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Porque é isso, tu entendes a minha pergunta? É assim: o corpo administrativo, o corpo técnico, quem é esse corpo? Quem é esse corpo?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Existe uma nota técnica que orienta, embasa a secretaria.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Idenir Cecchim, eu acredito que o senhor pode se deter ao tema....

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ver.^a Mari, é que eu estou sendo atrapalhada pelos vereadores que não querem que a CPI ande. Eu estou perguntando, porque é uma pergunta que não quer calar. Quem a orientava? Como é que se dá o fluxo? Porque aqui a gente tem... É uma CPI? É para investigar, esse é o nosso papel. Então, as perguntas que nós fizemos é porque não tem respostas, nós fomos procurar e não encontramos. Eu estou lhe pedindo, porque é isso. Como é que, o tempo todo, todos os que vieram até aqui falam em “corpo técnico”, “eu fui orientada”. Mas quem orienta? Quem é o corpo técnico? E a pergunta é para a senhora, porque senão a gente vai pedir oitiva aqui. Eu vou fazer um requerimento para que alguns vereadores que tenham essas respostas subam ali e sejam ouvidos para nos responder. A CPI é para isso. Repito a minha segunda pergunta: quem a orientou, quem é o corpo técnico, qual é o fluxo? Essa é a questão.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Essa é a minha segunda pergunta, apesar dos gargarejos. A senhora pode me responder, Sra. Michele?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Corpo técnico da secretaria faziam parte os coordenadores e, principalmente, dos fluxos, os trâmites administrativos e financeiros mediante a...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Muito bem, obrigada, obrigada, a gente entendeu as evasivas. Agora eu lhe pergunto como terceira pergunta: embora a ex-secretária Sônia e a servidora Mabel tenham afirmado aqui, todos os trâmites, elas afirmaram, todos os trâmites eram observados. A auditoria da própria Prefeitura diz que os procedimentos de compra não estavam em conformidade, a Prefeitura disse isso, publicizado pela imprensa, que a auditoria

constatou que os procedimentos de compra não estavam em conformidade. A senhora sabe dizer qual o motivo de alguns processos não estarem em conformidade, esses processos que a própria auditoria nos informa?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não tenho conhecimento, porque todos os processos foram dados prosseguimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Então a auditoria está nos mentindo, porque é ela que diz, não sou eu que estou dizendo.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eu te falei que eu não tenho conhecimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Certo.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eu estou aqui para representar o corpo pedagógico.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Certo. Assim como a senhora não tem conhecimento dos erros de matemática, dos erros de português no que a senhora olhou. O corpo técnico olhou e não viu isso.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Só para concluir, essa é a pergunta...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu sei contar, vereador.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Os materiais, eles foram analisados...

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu sei contar, vereador. Eu sei. Eu lhe agradeço. Apesar de todas as interrupções para que a senhora não respondesse, eu fiz as minhas três primeiras perguntas. Nós voltamos.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Sobre a questão dos erros dos materiais, quando eles foram analisados pela equipe não havia erros. E os erros que tiveram, foram todos substituídos, pelo que me é de conhecimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria só de reforçar para que a servidora Michele reafirmasse qual é a posição que ela ocupava na Secretaria Municipal de Educação e se ela recebia alguma gratificação, como cargo de liderança. Porque aqui me consta que a senhora era responsável pelo pedagógico, logo a coordenação do pedagógico e a decisão do pedagógico estavam sob sua coordenação, uma vez que o Município de Porto Alegre pagava uma bonificação para exerceres essa liderança.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Olha, eu entrei como cargo de coordenação de Gestão Pedagógica, como assessor técnico VI.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então a senhora tinha um cargo de liderança?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Exercia um cargo de coordenação, de liderança.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada. Passo a palavra para o Ver. Moisés.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma solicitação à Mesa: que este microfone aqui pudesse ficar disponível para questões de ordem e outro microfone fosse disponibilizado, caso os vereadores queiram falar sentados. Eu queria retomar aqui, Presidente, um pedido simples: os vereadores que estão aqui façam as três perguntas e deu. Aí, quem está na oitiva, responde às perguntas. Se não, a gente passa a manhã inteira, a tarde inteira e a gente não é resolutivo. A gente aprovou três perguntas para cada vereador; e a gente reprovou aqui esse pinga-fogo, que a gente chama. Se não, nós não vamos conseguir entregar para a sociedade o que ela espera. Eu não vou fazer três perguntas à servidora, vou fazer uma pergunta, mas antes de fazer essa pergunta, Presidente, eu queria dizer que nós temos também que parar de criminalizar processos que não são criminosos. Inexigibilidade não é um processo criminoso; adesão à ata não é um processo criminoso. Todos eles são legais. Inclusive eu trouxe aqui um termo de inexigibilidade de licitação de uma prefeitura municipal, onde o administrador contrata bem caro – sabe, Presidente Mari? – e ele escreve aqui: “Decide dispensar processo licitatório através de inexigibilidade de licitação que tem por objeto aquisição de dispositivos” – tudo na área educacional. Sabe quem é que assina esse projeto de inexigibilidade? O seu prefeito de Joinville, do partido NOVO; o prefeito Adriano Silva é prefeito do NOVO em Joinville. Então, inexigibilidade não pode ser criminalizada, adesão à ata não pode ser criminalizada, porque são processos que são legais. A minha pergunta para a servidora a ajuda inclusive a responder a alguns vereadores que eu acho que não entendem um pouco a gestão pública. A senhora, quando sai de um local onde a senhora presta o seu serviço público na área pedagógica, numa administração que peça a sua ajuda, como foi o caso da Prefeitura, e a senhora deixou claro que não está mais ali na Secretaria Municipal, a senhora leva consigo o relatório de todas as pessoas que a senhora atendeu? A senhora leva consigo a lista de presença de todas as reuniões coletivas e públicas que a senhora é chamada a participar para casa? A ponto de responder aqui para os vereadores: “Não, eu estive numa reunião, só um pouquinho que eu vou ver aqui

nos meus alfarrábios. Ah, tinha o José da Silva aqui". É só para que as pessoas que não entendem de gestão pública compreendam o trabalho de um servidor público quando ele deixa um serviço público que ele está fazendo e vai para um outro desafio em uma outra esfera. Obrigado, Presidente.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Muito obrigada pela pergunta, eu me senti acolhida. Realmente, de fato, nós não levamos, carregamos na mala todas essas informações. Nós, sim, damos o melhor de nós enquanto estamos ali exercendo o cargo, e realmente eu não tenho os apontamentos de todos os nomes que participaram de todas as reuniões, e eu vou dizer para vocês: eram muitas. Quem acompanha a agenda da Secretaria de Educação sabe o movimento frenético que é, de fato, de agendas constantes. E não só disso vive a educação, das agendas externas, mas sim do cuidado, da escuta com as escolas, das reuniões com os diretores, do atendimento quando temos problemas com crianças, famílias e entre... Além de monitoramento de dados, além da assessoria pedagógica individual para cada escola. Então, assim, de fato, agradeço a tua contribuição.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. E já trazendo, então, a contribuição para o Ver. Moisés, já que não é nenhum crime e nunca foi criminalizada a adesão ou a inexigibilidade de licitação, eu gostaria de colocar que, analisando os processos de compras que são objeto da presente CPI, se verificam questões como: processo de compras iniciados com atas de registro de preço das empresas que viriam a ser contratadas ou com termos de referência já com fornecedora definida; falta de detalhamento da necessidade da SMED de supostamente ser atendida pelo objeto a ser comprado; não apresentação de estudos preliminares; despachos e documentos públicos contendo cópias de trechos dos materiais publicitários dos fornecedores. A senhora, Sra. Michele, é responsável por alguma dessas irregularidades?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Digo que não entendo esse processo como um processo criminoso, tampouco... Entendo que, dentro do processo, tinham, sim, justificativas pedagógicas. Eu acredito que a forma de você... O parecer de vocês de que eram somente publicitários, porque tinham, sim, as intenções pedagógicas dentro de todos os processos. Então, não entendo como nada criminoso e, sim, quando uma aquisição era indicada como positiva, que tinha todos os elementos possíveis para colaborar com a educação – porque quais eram os maiores beneficiados? Os alunos, os estudantes. É para eles que nós estamos aqui, é para eles que nós somos funcionários, é para eles que nós estamos na educação, entendendo isso –, se prosseguia a abertura do processo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sra. Michele...

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Esse era o fluxo que nos era repassado, tá?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, você considera regular – lembrando que a senhora exerceu um cargo remunerado de chefia – a questão de indicar um fornecedor? E, se vocês achassem bom o fornecedor, não cumprir a ampla divulgação de concorrência e aderir diretamente, ou contratar o fornecedor por via INEX?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Nós somos responsáveis pela escolha, escolha das aquisições, escolha do material que iria colaborar com a atividade pedagógica, é isso. É escolha. Essa autonomia o sistema de ensino tem. Autonomia de escolher.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E quem escolhia?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Poxa, várias vezes já foi comentado aqui. Escolha através de um corpo técnico que analisava os materiais e lançava positiva ou não a aquisição.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E a senhora era responsável pelo corpo técnico?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eu era responsável pela equipe pedagógica, no corpo técnico existiam mais pessoas envolvidas. Acho que está se tornando repetitiva essa pergunta.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A parte da licitação, a senhora tinha a ver na decisão de como era comprado? Era pela senhora? O corpo técnico... A senhora fazia a parte pedagógica, dizia que aquele produto era de interesse pedagógico. Agora, a parte da aquisição, a senhora tinha alguma coisa a ver com a parte da licitação ou de como era efetuada a compra do material?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Bom, aí era num conjunto, junto com o administrativo-financeiro, que elencava a forma de aquisição.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Presidente, eu falei sobre a metodologia e fiz um pedido à presidência. Eu também quero fazer um pedido, esqueci de elencá-lo no meu tempo. Eu queria fazer um pedido de que a gente também determine, já que a senhora disse que um dos pontos tem a ver com os gastos excepcionais, não é?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Verbas extras, muito obrigado. Porque a gente teve aqui também aquele processo em que a senhora

acompanhou um empresário, que foi contratado depois da visita da senhora, se mostrou foto dessas questões...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Já tem o requerimento com relação a isso.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): E foi dito que aquilo, foi indeferido pela senhora, porque aquilo não era o objeto. Hoje a gente falou aqui, e alguns vereadores colocaram a operação policial ou abriu-se uma discussão sobre se isso tem a ver. A senhora defende que tem a ver, eu quero...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): É o item cinco vereador, se você estudou...

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Então só quero dizer a minha opinião que eu defendo é que a operação policial – parabéns à operação policial de hoje –. Eu fui líder do governo nesta Casa, do governo anterior, e está errado o que foi dito aqui, que aquilo de hoje, aquela operação policial foi de 2021...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, eu acredito que você não viu, é aquela operação policial que foi retratada aqui em cima. É uma operação policial dos *kits* Mind Lab, que aconteceu em outro estado, que é amplamente notificada se você utilizar a busca no Google, aquela ferramenta tecnológica que estamos aprendendo a utilizar. Se tu colocas naquela ferramenta, nós temos ali na busca do Google, e tu consegues encontrar...

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Eu prefiro, Ver.^a Mari, que a senhora não pesquise no Google, que a senhora vá à Polícia Civil e veja o relatório. É uma investigação que pegou o governo anterior, que é o meu governo...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Desculpe, não é esse...

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): ... que pegou o governo anterior do anterior. Então vir aqui dizer que aquela operação policial – eu não estou falando da senhora, estou falando de colegas – vir aqui dizer que aquela operação policial é por causa desta CPI, no mínimo, a pessoa está querendo induzir ou criminalizar demais quem não tem responsabilidade individual sobre a operação. Saúdo a Polícia Civil pela operação, e ela é de lá de 2017, até de anos anteriores.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Eu gostaria de reforçar que o documento trazido aqui a público consta de uma aquisição do material Mind Lab numa aquisição milionária, na qual foram apreendidos joias e dinheiro em caixas, e não sobre a operação policial de hoje de manhã. Mas, se o chapéu coube, nós entendemos que cabe a justificativa. Passamos então para a próxima pergunta. O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra. (Pausa.)

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu estou esperando meus colegas terminarem o debate.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereadores, vamos deixar o vereador que está de posse da palavra, Ver. Giovani, fazer uso do seu tempo como vereador.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Presidenta, bom dia! Bom dia, Sra. Michele, aos meus colegas; eu preciso registrar que os depoimentos que nós temos tido aqui na Câmara, e os relatos que nós temos

ouvido, eu considero, pelo menos, incompatíveis com a realidade que a gente vive na educação da cidade. Digo isso, porque os relatos buscam transmitir uma ideia como se não houvesse problemas que motivaram inclusive a instalação destas CPIs, com apoio até mesmo da base aliada do governo. Eu me refiro a quê? Quando nós visitamos as escolas, nós constatamos uma crítica profunda da falta de participação das comunidades escolares na definição dos materiais pedagógicos adquiridos pela Prefeitura de Porto Alegre. Nós também constatamos uma desorganização, Ver. Cecchim, profunda, na entrega desses materiais; nós também identificamos que *kits* da Mind Lab, alguns deles sequer foram utilizados até agora; nós identificamos um uso limitado de livros da Inca, da Coleção Aprender Mais. Isso precisa ser investigado aqui, mas é no mínimo descaso, desperdício, numa realidade educacional como a gente vive na nossa cidade. E por que eu trago todos esses elementos? Para fazer as minhas três perguntas e não revoltar ninguém aqui. A primeira delas: por que as escolas, a comunidade escolar, não participaram da decisão sobre os materiais didáticos e pedagógicos adquiridos pela Prefeitura de Porto Alegre? Eu gostaria de entender por que a SMED tomou essa decisão de definir o que seria comprado, sem a participação da experiência da comunidade escolar da nossa cidade.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Primeiro eu gostaria de registrar que não cabe a mim a questão da escolha de licitação, que, sim, cabe a mim a escolha pedagógica e análise pedagógica; e, para que se chegue a uma forma de contratação, outras instâncias, dentro da secretaria, são consultadas e determinam a forma de contratação. Se não ficou bem claro, existem o setor administrativo, o setor financeiro, secretários que dão o aval final. Bom, em relação à questão da participação que tu falaste. Bem no início, acho que tu ouviu a minha primeira parte da fala, que eu comentei que nós desenvolvemos vários programas e projetos, com algumas ações estratégicas, para alcançar alguns objetivos específicos, importantes, relacionados aos quatro eixos que entendemos como necessários, até pensando na questão do plano de gestão do Município, que era atrelado aí a um percentual de crescimento, de evolução,

aprovação nos índices, correção de fluxo, entre outros. Dentro disso, foram elencadas algumas escolhas, dentro desses programas, para que pudesse, sim, ter um encaminhamento mais exitoso. Essa questão da desorganização da entrega, eu lamento, não era da minha competência a organização de logística de entrega, enfim, uma situação lamentável; quanto ao uso limitado da Inca também entendo que a questão da entrega possa ter tido alguma contribuição. Mas, lembrando que a aquisição do Aprender Mais era para potencializar o aprendizado em relação às avaliações externas do SAEB, porque é um material voltado a essas avaliações, para colaborar então com o ensino dentro da escola pública, porque é sabido que existe uma lei, agora, de repasse em torno de 11 a 17% do ICMS que vai de acordo com o desempenho desses estudantes das redes.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Sra. Michele, mas a minha pergunta é por que razão a secretaria optou por não ouvir, não consultar, não engajar a participação dos professores e professoras da rede, na decisão sobre os materiais pedagógicos e didáticos, adquiridos pela Prefeitura Municipal, essa foi a minha pergunta à senhora.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Então, como eu disse anteriormente também, sobre a questão da autonomia da gestão do sistema de ensino, entendendo os programas e projetos que foram sinalizados e elencados; também entendendo que nós tínhamos um prazo curto de tempo, um valor para investimento na educação, que também é de domínio público, que era proveniente do Fundeb, os 25%, e um saldo ainda que existia do ano anterior, que não tinha sido cumprido; em detrimento disso, atrelado, isso vinculado aos programas e projetos desenvolvidos, foram feitas algumas escolhas.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Seguindo na minhas perguntas, eu gostaria de entender...É o Sr. Jessé que está batendo palmas desesperadamente assim? Ver. Jessé, desculpa, desculpa. Ver. Jessé, eu te

peço um pouco mais de respeito, vereador. Agora, Cecchim, eu vou fazer a minha segunda pergunta sem interrupções. A minha segunda pergunta, eu gostaria de entender quais foram as mudanças...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Jessé, eu peço só que deixe... Você não gostaria que interrompessem a fala, então vamos respeitar o tempo de fala dos outros.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Evidente que eu fico feliz com o seu reconhecimento do meu trabalho, Jessé, mas eu peço que respeite aqui a minha fala. À Sra. Michele, eu gostaria de entender se houve mudanças no procedimento da SMED na aquisição de materiais didáticos e pedagógicos. Faço essa pergunta porque o relato que tenho é que, antes da chegada da ex-secretária Sônia na SMED, eram servidoras de carreira do Município que faziam a pesquisa sobre materiais pedagógicos a serem adquiridos. Então, gostaria de saber se houve mudança nos procedimentos de fato. Se, sim, por quê?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Olha, na secretaria, existem os assessores que fazem parte das escolhas, que analisam em conjunto o material. Não vejo uma mudança de procedimento. O que nos foi passado é que a escolha, sim, era feita de forma coletiva, com a participação inclusive de funcionários de carreira.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Desculpe, esse relato que trago de que havia servidoras de carreira nas gestões anteriores que participavam dessa definição e que elas teriam sido afastadas a partir da posse da ex-secretária Sônia, esse relato se confirma? As servidoras de carreira que participavam das decisões foram afastadas dessa tarefa?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Giovani, eu não tenho conhecimento de quem eram as pessoas que participavam antes. Eu tenho conhecimento que existem, dentro da gestão pedagógica, por exemplo, várias assessoras que são assessoras de carreira e que, sim, participaram também diretamente da análise dos materiais.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Há um desconhecimento sobre a gestão anterior, então?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Exato.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Minha última pergunta, nesse bloco, pelo menos: em junho de 2022, se não me engano, o prefeito de Porto Alegre publicou um decreto permitindo à titular da SMED exatamente fazer as compras do Município a partir dessa adesão à ata de registro de preços. Essa foi uma demanda que veio da Secretaria Municipal de Educação, foi um pedido de vocês a partir desse corpo técnico dedicado, que buscou fazer essas aquisições e que precisava desse decreto do prefeito para que pudesse avançar nas compras?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Desconheço. Eu cuido mais da questão da gestão pedagógica, então essa questão de decretos, isso não está na minha incumbência.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas a senhora reconhece que, no dia 22 de abril, teve uma alteração dos fluxos?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Sim, eu soube que houve essa alteração de fluxo e que, enfim, os encaminhamentos foram adiante.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Desculpa, Sra. Michele, quais alterações de fluxo?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não, essa questão, nós tivemos o conhecimento após sair a questão do decreto, mas não anteriormente, enfim, não...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora reconhece que, no dia 22 de abril, anterior ao decreto do prefeito, teve uma orientação sobre o novo fluxo de aquisição de materiais pela Secretaria Municipal de Educação?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eu não entendi a pergunta. Vocês querem saber se antes era de meu domínio que isso ia acontecer? O que aconteceu nós tivemos o conhecimento porque a equipe que dava o encaminhamento do processo comunicou, enfim, e o processo continuou, é algo público.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, a minha pergunta é se, no dia 22 de abril, a senhora tem conhecimento que foi alterado o processo interno de aquisição de materiais pela Secretaria Municipal de Educação, data anterior à pergunta do Ver. Giovanni Culau.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eu tenho conhecimento de que saíram algumas notas técnicas orientando, mas, que nem eu digo, a minha questão eram os encaminhamentos pedagógicos, não de decisão, se era adesão à ata, licitação, enfim. A decisão final não era do meu setor.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas a senhora tem conhecimento dessa alteração? (Pausa.) Bom, entendo como sim. Passo para o próximo inscrito, o Ver. José Freitas.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Sra. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste, Sra. Michele – obrigado pela sua presença. Eu sempre digo, Ver. Mauro e colegas, que todo vereador, antes de ser vereador, deveria ser secretário, porque muitas perguntas que estão sendo feitas, inclusive repetitivas, não precisariam ser feitas aqui. Quem conhece o fluxo do Executivo, não precisaria estar fazendo essas perguntas aqui, e as decisões, eu vou ser até repetitivo do que eu falei em outra sessão aqui: quando fui secretário do ex-prefeito Fortunati, eu recebi muitas empresas, muitas. Querem vender colete na Secretaria de Segurança, viaturas, todo tipo de material. Recebi muitas visitas, e as decisões, sempre quem tomava, eram as equipes técnicas que existem dentro das secretarias. E eu sempre digo: se tem culpa no cartório de algum servidor, inclusive o prefeito Melo já tomou algumas decisões em relação a esse fato, já houve pessoas afastadas, ele vai fazer, vai ser afastado quem tiver que ser afastado, seja em qualquer tipo de denúncia. Eu vou fazer uma pergunta bem direta, inclusive a senhora já respondeu, mas eu vou repetir essa pergunta para ficar bem claro aqui: Sra. Michele, em algum momento do processo de aquisição dos materiais adquiridos pela SMED, houve intervenção política de algum ente do governo para a compra determinada das atas de registro?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Porque tem sido colocado aqui que o secretário Alexandre – que Xandão do MDB é só para os íntimos –, foi ventilado o nome dele... A pergunta é essa: houve interferência política de algum ente do governo em relação a essas compras que foram feitas? Obrigado.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Ao que me cabe, não.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Passo a palavra à Ver.^a Nádia.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Comandante Nádia.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Comandante Nádia.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Mari, colegas vereadores da CPI nº 1 e da nº 2. Primeiro, eu gostaria que a gente fizesse, se não estiver, caro relator-vereador Mauro Pinheiro, a juntada das decisões do TCE, que autorizam que as compras da SMED continuem, porque, ou eu não sei interpretar a decisão do TCE, ou os colegas, porque eu tenho lido as decisões do TCE e, em nenhum momento, o TCE disse para não acontecerem. Então, eu gostaria que fizesse a juntada primeiro. Depois, gostaria de dizer para a Ver.^a Mari, que é Presidente desta CPI, a senhora tem um papel fundamental na presidência desta CPI. Google não é prova, vereadora. A senhora procure provas que sejam fidedignas. Então, eu fico até impressionada de a senhora falar para procurar no Google, e isso não cabe em uma CPI que é séria. Eu quero três perguntas. Bom dia, Michele. Gostaria, primeiro, que a senhora me respondesse se a senhora entende que sugestão de material é crime, e não pode acontecer na SMED.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Logicamente que não.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada. As minhas perguntas são muito claras e muito diretas. Segunda pergunta: quando a Ver.^a Mari esteve com o empresário Maurício – este aqui é o material do Maurício, depois eu posso disponibilizar para os vereadores –, seu amigo, empresário Maurício Rech, fazendo a exposição deste material, a senhora, como diretora pedagógica, estava nessa reunião?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eu estive em uma reunião sobre esse material com o Maurício e o secretário dos 250 anos, não com a vereadora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não com a vereadora. Muito bem. Terceira pergunta: a Ver.^a Mari está o tempo todo nesta CPI sugerindo e induzindo a senhora de que não houve concorrência para aquisição do material do Mind Lab. Não houve. Ela tem dito isso. Não houve concorrência e que os itens foram direcionados. A senhora entende que a compra dos livros Uma aventura em Porto Alegre, que está aqui no termo de referência sem qualquer outra concorrência, também seria, sugerindo que também teria algum tipo de crime nisso?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não vejo crime nenhum.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de aproveitar a pergunta da Ver.^a Comandante Nádia e perguntar para a servidora Michele se ela tem ciência que no parecer da própria Procuradoria consta uma pergunta do Google, com relação à Mind Lab, perguntando para a secretaria, então a PGM, órgão oficial do governo indicado pelo prefeito, perguntando então para a Secretaria Municipal de Educação, por que aderir à Mind Lab, uma vez que procurando no Google, conforme a PGM, encontra uma empresa com diversas, desculpe, de acordo com o Tribunal de Contas diversas irregularidades e diversas notícias sobre problemas dessa empresa. A senhora tem ciência que isso foi comunicado à Secretaria Municipal de Educação?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Esse apontamento do TCE chegou para a Secretaria e a Secretaria fez todas as justificativas. A empresa, como eu falei, tinha todas as certidões e toda a documentação necessária para aquisição. Não havia nenhuma restrição judicial e não vejo também como nada de criminoso aderir ao, enfim, processo que, ao meu ver, foi ilícito. Teve a solicitação de justificativa do TCE, nós respondemos às justificativas no que

tange ao pedagógico, não teve, enfim, nenhuma formalização de encerramento do processo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Com relação ao Tribunal de Contas do Estado, o que ele coloca é que não seria o caso de fazer uma INEX, ou seja, de não fazer a concorrência, criando um possível dano ao erário - dano ao erário é uma palavra forte - e por que foi escolhido continuar, sendo que seria possível criar um dano ao erário ao não ampliar a concorrência.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Essa era uma decisão que não me cabia.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, apenas uma constatação, talvez eu esteja entendendo mal, mas quando a senhora tem um advogado sempre lhe orientando, dá a impressão que a senhora é a investigada, que a senhora é a testemunha, que a senhora precisa sempre do advogado para lhe orientar, para fazer alguma pergunta ou para dar alguma resposta. Eu gostaria que a senhora deixasse claro que a senhora ainda não é investigada e ainda não é testemunha, só por isso, porque está ficando chato a Presidente precisar a todo momento de alguém para lhe dizer o que fazer.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vou falar sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito, e nós estamos aqui escutando o depoimento da Sra. Michele. Eu queria só chamar atenção de uma questão e saber um pouco pela Presidência, porque a questão do Tribunal de Contas do Estado, justamente o apontamento do Tribunal de Contas do Estado indicando os problemas na contratação da Mind Lab, eu fiz a pergunta para a secretária Sônia e a secretária

Sônia disse que desconhecia. Agora a ex-coordenadora Michele disse que conhecia os apontamentos do Tribunal de Contas, então eu quero saber: foi a senhora a responsável por receber esse apontamento, já que a secretária disse que não conhecia? Porque a secretária Sônia, diante da mesma pergunta que o Tribunal de Contas apontou irregularidades nessa contratação, disse que desconhecia e o seu advogado, aí sim, o advogado da anterior depoente, que tem um contrato de R\$ 500 mil com a Prefeitura, Ver. Cecchim, não vamos desrespeitar a Presidente desta CPI, a Ver.^a Mari Pimentel tem todo direito de ter assessoria, obviamente, que tem direito de ter assessoria, assim como a anterior depoente tinha direito de ter o advogado. Não sei se o senhor é o advogado da atual depoente, mas o importante é nós sabermos qual é a verdade, e me chamou atenção isso: o Tribunal de Contas apontou problemas em relação à contratação da Mind Lab, a secretária de Educação anterior disse que desconhecia, e a senhora disse que conhecia, que a Secretaria discutiu e deu as respostas ao Tribunal. Foi isso?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não foi um apontamento; foi uma solicitação de justificativas que foram respondidas e que chegou oficialmente, sim, para a secretária e, posteriormente, repassado para a equipe, tanto jurídica quanto pedagógica, encaminhar as respostas.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Então a senhora conhecia. *Ok*, era isso que eu queria saber.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eu não, eu não... A questão da pergunta da Mari, como é um documento extenso, eu não vou recordar exatamente de qual ponto está no documento...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Não, mas a senhora conhecia o documento do Tribunal, porque a ex-secretária disse que desconhecia o

documento do Tribunal de Contas; a senhora disse que conhece e que, inclusive, deram uma resposta. Obrigado. Era isso que eu queria saber.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Passo a palavra para o Ver. Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu queria saudar aqui os colegas vereadores e vereadoras, a Presidente da CPI, e saudar também a coordenadora pedagógica no governo Melo recentemente, Michele Acosta. A senhora foi a coordenadora pedagógica?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Sim.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): A senhora coordenava o comitê pedagógico?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eu coordenava a equipe pedagógica.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Quem era esse comitê pedagógico, quem eram as pessoas do comitê pedagógico?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Olha, a equipe pedagógica, ela tem quase 30 representantes. Existem as coordenadoras de educação infantil, a equipe de assessoria técnica de educação infantil, enfim, várias pessoas; de ensino fundamental também existe uma coordenação e que também tem o corpo de assessoria pedagógica; a equipe de alfabetização, o corpo técnico do projeto de parcerias, que é por onde chegam alguns projetos importantes, como o Acesso Mais Seguro; a equipe de direitos humanos e étnico-racial também tem uma equipe com um quantitativo de algumas pessoas; a equipe da inclusão, que também faziam parte algumas pessoas. Eu não vou

conseguir te elencar todos os nomes agora, até porque eu posso esquecer de algum.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pois então, Michele. Tanto a Sônia como a Mabel falaram aqui na CPI que a responsabilidade para aquisição é do comitê pedagógico, por isso que eu fiz essa pergunta. O comitê pedagógico, nesse caso específico, quando decidiu adquirir esse material, ele consultou o Conselho Municipal de Educação?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não consultou. Entendemos que há autonomia do sistema de ensino mediante aos projetos e programas, como eu já mencionei. E não é um comitê, é uma equipe pedagógica, e não só a equipe pedagógica faz parte da escolha e do prosseguimento das aquisições, é apenas uma instância, é uma equipe consultada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Mas, se não consultou o Conselho Municipal de Educação e também não consultaram os professores, educadores... Qual é a sua opinião sobre o Conselho Municipal de Educação, sobre o papel do Conselho Municipal de Educação?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Isso tem diretamente... O que é que relaciona isso... Não...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nós sabemos que o Conselho Municipal de Educação não é consultivo, ele é deliberativo...

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Mas há algo irregular de não fazer a consulta ao Conselho de Educação no momento das aquisições?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): A senhora acha legal, então, comprar um material onde vocês não fizeram nenhum tipo de planejamento para o ajuste

do currículo escolar sem consultar o Conselho Municipal de Educação, sem consultar os educadores? Quem foi que decidiu isso?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Nós somos educadores, temos formações para isso, somos especialistas e temos todo o entendimento. E, sim, o Conselho Municipal é importante e dá as diretrizes, e todas elas foram seguidas. Em nenhum momento foi alterado o currículo, o currículo está na base curricular nacional comum e discorre nos documentos, e, desses, todos esses materiais estão alinhados com a base nacional curricular comum. Então, não vejo como nada de irregular.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, veja só a contradição: quando vocês compraram o material, esse material foi para as escolas, ficou um bom tempo lá sem ser distribuído. Por que ficou sem ser distribuído, se teve que ter todo um ajuste no currículo?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Já disse que não houve ajuste no currículo. O próprio material trabalha com os princípios, as habilidades e competências essenciais da base nacional comum curricular, que é de domínio do território nacional. Inclusive alguns deles vislumbrando as provas, as avaliações externas, que possivelmente vão arrolar apoio, aporte financeiro para os municípios e Estado.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então a senhora a senhora acha normal fazer essa compra sem consultar o Conselho Municipal de Educação, nem mesmo os professores?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Se é um material que está dentro do que está sendo trabalhado, e a equipe técnica de assessoria pedagógica entende como importante, eu não vejo nada de irregular nisso.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pois então, uma vez respondido, é óbvio que tem contradição. Queria fazer a seguinte pergunta, então: a Mind Lab tem, vamos dizer assim, algumas informações de denúncias, tem aí a questão do Ministério Público, que já foi citada. Vocês sabiam dessas possíveis irregularidades ou irregularidades pelas quais a Mind Lab já estaria respondendo? Em que momento vocês ficaram sabendo ou não ficaram sabendo para poder adquirir esses materiais?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eu não tinha conhecimento anterior dessa situação. O meu conhecimento era mediante algumas cidades, alguns estados que adquiriram o material que utilizam e/ou utilizaram a metodologia inovadora.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Pois então, até o momento em que a senhora ficou na Secretaria, quanto tempo ficou esse material sem ser distribuído e por que esse material ficou tanto tempo nos depósitos e, por sua vez, alguns deles, pagando R\$ 50mil por mês?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Aí você vai ter que fazer essa pergunta para a equipe de logística, à equipe administrativa da Secretaria. Porque isso não era da minha competência, tá? Já disse antes que lamento a situação.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então havia uma equipe de logística que decidia onde armazenar o material. É isso?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Isso. Tanto o armazenamento quanto a distribuição do material não eram minha competência.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Está ok. Obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Só para corroborar com a pergunta, servidora Michele, o que consta no material da Mind Lab, e a senhora – como professora, pedagoga e responsável pela coordenação da pedagogia – deveria ter ciência, o que me mostra que não tem ciência, e agora eu reforço a pergunta, é que para adquirir a metodologia Mind Lab, uma vez que a própria senhora sabe que é uma metodologia, não é apenas um livro, precisa se fazer uma alteração na grade curricular e incluir um período de 45 minutos na grade curricular para adesão a esse sistema de aprendizado que a Mind Lab vende. Por que Porto Alegre adquiriu um sistema, sem licitação, por indicação de uma servidora, e não fez as alterações e não comunicou ao Conselho Municipal e às escolas, já que, uma vez por semana, existiam reuniões com as escolas? A minha pergunta é essa.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: As reuniões eram quinzenais, não semanais. Houve algumas formações com as direções e supervisão das escolas, e juntos, então, definimos que o currículo não seria alterado, e o material, como dispõe de inúmeros jogos que corroboram tanto com a língua portuguesa, matemática, ciências da natureza e humanas, que as escolas poderiam organizar suas equipes de professores para irem utilizando durante o período letivo, conforme as necessidades. Inclusive foi feita uma prévia de utilização desse material, no finalzinho do ano anterior, com toda a questão do acompanhamento de formação pedagógica da equipe Mind Lab, a equipe pedagógica à frente com os professores. Então, esse currículo não foi alterado, isso foi um acordo com as escolas e com a empresa.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E você entende que, quando contrata um serviço no qual é imprescindível 45 minutos de uma alteração curricular, e tu decides que não vais utilizar, não está contratando um serviço...

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não foi isso que eu disse, a gente não decidiu que não ia utilizar, e sim, em acordo com as escolas, com os

gestores e supervisores, a organização da utilização desse período, ou mais de um período, porque entendemos que poderia possivelmente ser usado mais de um período, ficaria a cargo, então, de as escolas definirem o professor que foi o que participou da formação e que iria implementar o programa com a metodologia na escola.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Qual foi a data dessa formação com os professores?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não sei te dizer de cabeça, posso te repassar, talvez consiga, tenha anotado quando foram as datas, porque foi mais de uma formação.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós vamos solicitar então, relator, as datas das reuniões com os professores sobre o Mind Lab, o treinamento com os professores. E também onde está formalizada essa opção, junto aos diretores, de não fazer uma alteração, e sim utilizar o Mind Lab como um equipamento acessório, sendo que consta, na sua especificação, designar 45 minutos de uma alteração curricular para o material. Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia, Michele. Obrigada por estar aqui conosco, trazendo esclarecimentos importantes para a nossa gestão. A minha primeira pergunta, eu queria saber se a senhora acha que estas aquisições e entregas feitas para as escolas oportunizaram melhorias, principalmente para as escolas mais periféricas, ou seja, as crianças com maior vulnerabilidade, que puderam ter acesso a melhorias educacionais através desses materiais nunca antes entregues? E, ainda, a avaliação educacional destas crianças melhorou após estas aquisições?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Olha, como eu não estou mais na gestão pedagógica da SMED, eu não tenho todos os materiais

relacionados ao acompanhamento pedagógico. O que a gente tem, na verdade, para além das aquisições, são os programas estabelecidos, e nós já sabemos que já temos bons resultados de programas, como o da alfabetização e o da recomposição, já em função dos resultados de aprovação do ano anterior. Já tenho esses dados do aumento da aprovação do ano anterior...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Já melhorou?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: ...relacionada ao programa e projeto instituído, que é o que eu tenho conhecimento. Como eu não estou lá agora, em 2023, não tenho como te dar os quantitativos deste ano.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Segunda pergunta, a senhora afirma que não houve nenhuma manobra irregular nestas aquisições em geral deste processo, ao seu ver? E as mesmas somente beneficiaram as crianças?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Exatamente, não entendo como nada de irregularidade.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): E, para concluir, teve alguma escola que se recusou em receber os materiais por entender desnecessário este uso?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não que eu tenha conhecimento. O que as escolas sinalizaram era a questão de logística que, como eu falei anteriormente...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Mas se recusar a receber os materiais por entender desnecessário, não?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não tenho esse conhecimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Está bem, obrigada.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, graças ao tempo, todos conseguiram inquerir a testemunha...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós temos ainda mais inscritos.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu quero pedir verificação de quórum, antes de qualquer coisa, verificação de quórum.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu acredito que é importante a gente lidar, pelo menos, a...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Todos, todos os vereadores tiveram oportunidade de fazer as três perguntas, por isso que eu faço.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): As testemunhas, vai ficar muito complicado para encerrarmos uma sessão de CPI em que nós temos a testemunha aqui, com vereadores inscritos...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Os vereadores que já fizeram as perguntas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas nós temos que entender que eles têm ainda perguntas, e nós estamos numa CPI que vai investigar.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Relator, solicito verificação do quórum, a qualquer tempo, é legítimo o pedido.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu acredito, mas a minha pergunta é o quanto isso vai ficar mostrando para a Câmara de Vereadores o papel desta CPI e de a base do governo não estar aqui presente, porque nós temos aqui a oposição, nós temos vereadores com perguntas e nós temos uma testemunha.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Nós temos a mesma quantidade de oposições e situação, a questão é não ter quórum.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não temos. Nós precisamos, nós temos perguntas, com certeza, que não foram todas respondidas. Eu gostaria de deixar registrado que, se não conseguimos responder todas perguntas da servidora Michele, nós teremos que chamá-la novamente. E precisaremos chamar reuniões extraordinárias desta CPI. Eu dou cinco minutos para os vereadores aqui estarem presentes. E daí, se não houver quórum, nós vamos encerrar a sessão com perguntas. Todos temos perguntas. Ver. Idenir Cecchim, nós podemos passar as perguntas da última rodada de perguntas de cada um dos vereadores?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu não sei quantos tem mais, mas eu teria só uma e eu encerraria da minha parte. Eu não sei se outros têm.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, eu também tenho uma pergunta. Vereadores, eu acredito que se nós tivéssemos aqui numa audiência...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Claro. Vamos chegar à fila. Primeiro nós temos o Ver. Giovani, o Ver. Jonas Reis, o Ver. Robaina e eu vou fazer uma pergunta. E nós encerramos, se não houver mais escritos.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, só vou pedir que os vereadores façam perguntas objetivas. Eu comecei a marcar a partir do Ver. Giovani. O Ver. Giovani, para fazer uma pergunta, levou três minutos, aí de depois levou cinco minutos no total. Os outros vereadores: o Ver. José Freitas levou 2,43; a Ver.^a Nádia levou 2,30; o Ver. Robaina dois minutos na segunda chamada; o Ver. Oliboni 3,23; Cláudia, um minuto. Então que os vereadores sejam objetivos.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Aceito o seu apelo, relator Ver. Mauro. Sra. Michele, tenho duas perguntas bastante objetivas: a primeira delas, em diversos momentos no seu depoimento, tu relatas do caráter pedagógico da tua atuação. Eu gostaria de questioná-la, não compunha a tarefa pedagógica e de acompanhamento pedagógico o acompanhamento da utilização do uso dos materiais adquiridos pela Prefeitura de Porto Alegre, visto todos os relatos que nós temos sobre esse uso na rede? Segunda pergunta também bastante objetiva: em torno da adesão às atas de registro de preço, tu tiveste, em algum momento, algum relato, ou tomou conhecimento da indicação feita por alguém do Executivo a alguma determinada ata de registro de preço? Gostaria de saber, né, uma resposta positiva ou negativa, se teve conhecimento da indicação feita por alguém do Executivo em torno da adesão a alguma ata de registro de preço, obrigado.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não tenho conhecimento de tal indicação e, sim, o acompanhamento pedagógico do uso de materiais deve ser feito, por óbvio. No entanto, já não estou mais na gestão pedagógica, não estou mais à frente da equipe; e nós tivemos ali, que é público, alguns problemas de logística, que acabou que não favoreceu que eu acompanhasse todo o período da utilização, e pudesse aqui trazer mais dados. Sempre deixando bem claro que a minha questão é de ponto de vista pedagógico, de fato, tá, não de logística, enfim, e já não estou mais na SMED desde janeiro de 2023.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidenta, eu peço que a assessoria possa colocar no telão o vídeo, porque a Sra. Michele falou inicialmente que tinha o domínio das questões pedagógicas da secretaria e que sabia porque comprava, então vamos assistir esse trecho de 10 segundos, por gentileza.

(Procede-se à apresentação.) (Transcrição: “Já caíram algumas outras coisas. Tem outros tambores também que com muito pouco uso já caíram a pele, né, as baquetas todas, algumas já quebraram, muitas estão assim marcada praticamente quebrando, chocalho de madeira, já caíram também as platinelas.”)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Bem, isso é o suficiente para comprovar, senhora coordenadora, que a senhora não conhecia a Meta 3.1, que diz o seguinte (Lê.): “fomentar a inclusão de práticas formais de educação musical nas escolas e implementar a descentralização do ensino de música por meio de bandas, orquestras e conjuntos musicais em 50% das escolas da rede até 2024”. Portanto, a senhora dizer aqui, nesta comissão de inquérito, que a senhora sabia da pedagogia, sabia que esses materiais comprados tinham fundamento pedagógico, a senhora não sabe o que é educação musical. Eu pediria aqui, encarecidamente, que a senhora explicasse para nós, então, o que é educação musical, na sua opinião. Porque isso aí que vocês fizeram essa compra, isso é uma vergonha. E diria mais o seguinte: embora a ex-secretária Sônia e a servidora Mabel tenham afirmado que todos os trâmites eram observados, a auditoria da própria Prefeitura constatou que procedimentos de compra não estavam em conformidade. O próprio prefeito expediu um decreto, interrompendo qualquer compra direta – ele fez, logo depois que saíram as matérias de jornal. Então, eu faço a seguinte pergunta: a senhora sabe dizer o motivo de alguns processos não estarem em conformidade? E por último a senhora sabe quem, na Secretaria de Educação, mantinha contato com Jailson,

porque esse cidadão, inclusive, parece que foi fazer entregas de materiais de uma empresa concorrente. Eu queria compreender isso, queria entender isso! Então, eu queria, realmente, como professor, olhando no seu rosto, se a senhora é professora, por favor responda à educação municipal essas perguntas, que não querem calar!

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Bom, primeiramente, tu me questionou em relação à aquisição do material musical para introdução da música nas escolas, seja ele oficial ou não. Eu não vejo nenhuma irregularidade nessa aquisição, ele atende, sim, algumas habilidades e competências que estão na BNCC, inclusive não gostaria que tu elencasse a desconformidade, se isso é irregular, é ilegal fazer a aquisição desse tipo de material. Em relação... Desconheço qualquer inconformidade dos processos, tanto que os processos tramitaram. Qual foi a terceira pergunta, porque eu até me... Queria que tu repetisse. Qual seria a pergunta?

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Entre a secretaria, tinha relação com o Sr. Jailson?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não tenho conhecimento de nenhuma relação; estive, em oportunidade, duas reuniões que ele esteve presente, de apresentação de materiais, e é só, não tenho mais nenhum outro conhecimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sra. Michele, uma pergunta discutida com a nossa assessoria, para que a gente possa, inclusive, facilitar o trabalho do relator. A senhora foi a responsável pela contratação da empresa Mind Lab, no valor de R\$ 14.446.831,00; a senhora pode explicar para esta CPI no que consistia o *kit* escola, quais produtos compunham esse material, e por que cada *kit* custou R\$ 63.130,00 ao Município, num total de R\$ 3.409.000,20 por apenas 54 *kits*? Porque o contrato não esclarece os produtos que estão

inclusos nesse *kit* e de que forma foi feita a liquidação desses produtos e serviços, ou seja, se a senhora puder explicar e se a senhora quiser que eu repita a pergunta para ela ficar bem clara e o relator poder ter a facilidade de trabalhar e colocar no relatório acerca dessa contratação, desse valor de R\$ 14 milhões, senhora pode explicar para a CPI, a gente poder anotar?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Em primeiro lugar, eu não sou a responsável pela contratação. Eu indiquei o material e a metodologia como uma metodologia potente. E, sim, após a análise, a secretária deu o aval. O *kit* escola contém o quantitativo de jogos, *kit* de jogos, 35 jogos de cada, se não me falha a memória, são 400 jogos que todas as escolas receberam. Contém o *kit* por semestre para os alunos do livro O Jogo, que são livros que se moldam e viram jogos. O *kit* família, que é um material que os alunos levam para dar continuidade ao trabalho e ao processo em casa...

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Custou R\$ 63.000,00 cada *kit*, né?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eu acredito que seria isso.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Esse é o dado que eu tenho: R\$ 63.000,00 cada *kit*...

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: ...e está disposto. Eu não sei se vocês têm conhecimento do processo, ele está disponível no plano de trabalho. Ali está elencado o que é o *kit* aluno, o *kit* professor, o *kit* escola. Passo a passo.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Mas a senhora confirma: cada *kit*, R\$ 63.000,00; total, 54 *kits*, que a senhora está descrevendo que constavam R\$ 3.400.000,00. Cinquenta e quatro *kits*.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não tenho como precisar, porque eu não sou da parte da equipe financeira, sou da equipe pedagógica.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A senhora que pensou os *kits*, elaborou a ideia dos *kits*. Como foi isso? Isso que eu queria entender. A senhora disse que não é a responsável pela decisão...

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eu sou responsável pela decisão da aquisição. Eu faço parte da equipe pedagógica, indiquei o material como um material potente para colaborar com a construção da rede.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Indicou a Mind Lab? A senhora indicou a Mind Lab; e esse era o conteúdo, esses eram os valores, é isso?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: A questão de valores, eu já te disse que eu não sou da parte financeira. Eu não posso te precisar isso agora. Em relação à liquidação, de que serviço também, não era minha incumbência a liquidação das compras.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu vou passar para a minha última pergunta, servidora Michele. Qual a justificativa para a adesão à ata de registro de preços da Sùdù?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Dentro do processo, nós temos a justificativa pedagógica, que foi a aquisição do *kit*. Já falamos antes da lei dos PEDS, que é a questão da Conexão ambiental, entre outros materiais pedagógicos para colaborar com a alfabetização e o crescimento da recomposição de aprendizagens.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Quem lhe passou a orientação de aderir à ata da Sùdù?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Como eu falei anteriormente, todas as aquisições, todos os materiais, era feita oficialmente uma reunião, agendada pelo gabinete da secretária, em que várias pessoas estavam presentes, o material era apresentado; após isso, nós levávamos para as equipes para poder fazer a análise, e depois encaminhava o parecer pedagógico, que passava em outras instâncias – financeiro, administrativo, jurídico, inclusive pelo gabinete da secretária – para poder fazer de fato, terminar, desenrolar, enfim, a aquisição.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora reconhece que a Sùdù fornecia materiais da Inca?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Desconheço.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Você desconhece que a Sùdù entregava materiais da Inca?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Não tenho esse conhecimento.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E não lhe chama a atenção que não existiam outros produtos similares no mercado? Ou existiam e a senhora não fez a pesquisa?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Foi feita a pesquisa, inclusive foi negada a questão que vocês mesmos sinalizaram: produtos que não tinham o mesmo conjunto organizacional para poder atender do 1º ao 9º ano.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E de quem partiu a demanda inicial de aderir às atas de registro de preço da Astral, Inca e Sùdù?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: O fluxo era o mesmo, os representantes solicitavam agenda, era feita a agenda no gabinete; nós nos reuníamos, apresentavam o material, nós entendíamos a questão tanto financeira, administrativa, logística, pedagógica, e era feito o encaminhamento, se fosse sinalizado como positivo. Ninguém, não teve uma indicação.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Quem indicava o material? Quem chegou com o material e disse “olhem esse material da Sùdù”?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Como eu falei, a empresa solicitava agenda para poder fazer a apresentação do material.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de solicitar também acesso a essas agendas. E gostaria de perguntar: a senhora despachou *e-mails*, diferente dessa informação que passou que não tinha conhecimento, já informando que o material que a senhora queria comprar, da coleção Sustentabilidade, era da Inca? Tanto que foi escolha da senhora, ao mandar um *e-mail* para a servidora Marina, não utilizar outros fornecedores, outros editores – e nós temos os *e-mails* aqui. A minha pergunta é...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, a senhora está induzindo, a senhora não está fazendo papel de Presidente, a senhora está fazendo papel delegada de polícia, e a senhora não é delegada, a senhora é Presidente, se atenha ao seu posto. A senhora não tente induzir a testemunha que está aqui de boa vontade respondendo toda a manhã. Toda a manhã! Eu peço que o Sr. Relator não leve em conta as perguntas do Ver. Jonas, que foram indevidas. As do Ver. Robaina até pode ser, porque é sempre a mesma coisa. E da Ver.^a Mari, ela tenta induzir. Não é assim, Presidente, pelo amor de Deus, vamos nos ater ao posto de Presidente. Eu sempre tento fazer isso. A senhora agora tenta ser uma delegada de polícia e a senhora não o é.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não. Vereador, eu entendo que é de posse de todos os vereadores aqui da Casa todo o trâmite que foi feito pela aquisição da Sùdù. Nessa aquisição da Sùdù ela tramita durante todo o tempo como sendo uma contratação da Inca, e aqui a servidora Michele ou se esqueceu da verdade, ou omitiu a verdade, e é minha competência, como Presidente da CPI, fazer que ela reforce se ela teve algum relapso ou se ela quer mudar a argumentação dela, porque consta em todos documentos formais que ela tinha ciência que a Sùdù vendia materiais exclusivamente da Inca.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): (Manifestação fora do microfone.) Ela respondeu que não sabia.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas no material que ela tem formalizado e ela responde, vereador, e se tu não estás querendo deixar que ela possa alterar a fala dela, uma vez que ela responde como servidora, com quem despachou esse processo, e ela vai ser responsabilizada pelos processo da Sùdù...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não estou. Eu estou dando liberdade para ela e tu não está querendo deixar que ela responda. Servidora Michele, a Sùdù é uma instrução que começa pela senhora, que compete à senhora também terminar com a concorrência dela com relação a outras duas concorrentes, editoras, e colocar, e firmar que o material da Inca vai ser adquirido pela Sùdù. A minha pergunta é: a senhora tinha ciência disso, foi orientada por alguém ou foi a sua livre decisão realizar essa manifestação no processo SEI? Obrigada.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Como eu disse, não tinha poder de decisão absoluta, não, não chegava a indicação direta, e, sim, a análise dos materiais. Acho que tu estás descontextualizando a questão.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Servidora, você reconhece o seu e-mail despachando para a servidora Marina, que está anexado nos autos das duas CPIs, no qual você coloca, indefere, dizendo que as outras duas concorrentes, editoras, que já possuem materiais também de sustentabilidade, não poderiam ser contratadas pela Prefeitura e que a única concorrência poderia ser com a Sùdù para aquisição de materiais da Inca, da qual a senhora também sabia, que a Sùdù fornecia os materiais da Inca. A minha pergunta é esta: você tem ciência disso?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Olha, eu não recordo o detalhamento das pesquisas, mas possivelmente foi feita a mesma análise que foi feita da Eureka e que chegamos, provavelmente, a um indicador que não atendia completamente aos objetivos da rede e dos programas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Agora a senhora está reconhecendo que houve esse *e-mail* para a servidora Marina.

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Eu não recordo, Ver.^a Mari.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Ela falou que não recorda, e não que não reconhece. A senhora pare de induzir, vereadora. A senhora está induzindo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ela acabou de falar o nome da editora.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora está colocando palavra na boca das testemunhas. A senhora não pode fazer isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ela reconheceu o nome da editora. Obrigada.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora não deve e não pode.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Servidora Michele, a minha pergunta, a última: você tem ciência ou tinha ciência – lembrando que todos seus documentos estão nos materiais administrativos do SEI – de que a Sùdù entregava e fornecia materiais da Inca, sendo a metodologia a sustentável?

SRA. MICHELE BARTZEN ACOSTA SCHRÖDER: Como eu disse, não recordo, não lembro de ter esse conhecimento.

Michele Bartzen Acosta Schröder

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ok. Dadas por encerradas a minhas perguntas. Vereador Cecchim, podemos encerrar a presente sessão?

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora é a Presidente, e eu respeito.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. Obrigada a todos.

(Encerra-se a reunião às 12h37min.)